

INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES



HABITÉCO

Habitação ecológica em meio natural protegido

José Ricardo Palma Parreira Cortez

Orientador Científico
Professora Doutora Ana Maria Moya Pellitero

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Janeiro de 2013

JOSÉ RICARDO PALMA PARREIRA CORTEZ

**HABITÉCO: HABITAÇÃO ECOLÓGICA EM MEIO
NATURAL PROTEGIDO.**

Dissertação defendida em provas públicas no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no dia 18/04/2013 perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º. 02/2013, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof.^a Doutora Clara Germana Ramalho
Moutinho Gonçalves (Professora Auxiliar,
ISMAT)

Arguente:

Prof. Doutor Luís Filipe Pires Conceição
(Professor Associado, ISMAT)

Orientador:

Prof.^a Doutora Ana Maria Moya Pellitero
(Professora Auxiliar, ISMAT)

Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

Portimão

2013

AGRADECIMENTOS

A disponibilidade, a generosidade, a sabedoria, os incentivos, os conselhos, as críticas, enfim, a plena dedicação de todos os professores, de todas as disciplinas, sem exceção, foram para mim de inestimável valor ao longo da formação adquirida na frequência do Curso de Arquitectura no ISMAT. A todos, pois, não poderia deixar de exprimir, nesta oportunidade, a minha mais profunda gratidão. Uma grande ajuda foi-me prestada pela Professora Doutora Ana María Moya Pellitero, a minha Orientadora de Dissertação, na preparação deste trabalho, designadamente, no seu delineamento, estruturação e aperfeiçoamento formal, por isso, aqui lhe deixo um agradecimento muito especial.

Resumo

A faixa costeira do barlavento algarvio conhecida por Costa Vicentina apresenta características naturais únicas e de inegável beleza paisagística. Integrada hoje no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, encontra-se classificada como zona ecológica protegida, estando, por isso, impedida a construção, no seu interior, de novos edifícios de raiz. Esta limitação, justificada em termos da preservação ambiental, deixa, contudo, aos visitantes, admiradores da natureza, que desejem conhecê-la e apreciá-la, a única alternativa de empreenderem longas e cansativas caminhadas — o que poderá não ser a melhor via para atrair este tipo de turistas. Neste quadro, um repto importante lançado à gestão do crescimento turístico é saber como podem ser mantidos os equilíbrios da qualidade ambiental sustentada sem deixar se estimular a indústria turística.

Parte-se da hipótese de que, obedecendo a determinadas condições, é possível instalar num meio de natureza selvagem um certo tipo de habitação refúgio que, em si mesmo, não constitui uma forma de agressão ao ambiente. Assim, o objectivo desta dissertação centra-se na concepção de um Refugio da Natureza para cuja construção se recorre a peças pré-fabricadas em madeira e cortiça, previamente feitas em instalação fabril existente à distância, como forma de minimizar os impactos ambientais.

A linha de investigação percorre os seguintes campos: (1) enquadramento do lugar seleccionado para o estudo; (2) importância do valor estético da paisagem; (3) esse mesmo valor tomado como factor de atracção turístico; (4) existência efectiva de um segmento turístico motivado para procurar a natureza; (5) problemática da sustentabilidade e da ética do ambiente; (6) a arquitectura modular face a outros processos construtivos; (7) a pré-fabricação de habitação-refúgio para eco-resorts; (8) finalmente, o caso de estudo, o Habitéco como habitação-refúgio.

Palavras-chave:

Arquitectura modular; integração paisagística; preservação ambiental; construção pré-fabricada; ecoturismo; sustentabilidade.

Abstract

The windward coast of Algarve, known as Vincentian coast", shows natural characteristics that are unique and with undeniable landscape beauty. Integrated today in the natural park of Southwest Alentejo and in the Vincentian coast, it is an ecological protected zone, where it is prevented any type of construction. This limitation, justified in terms of environmental preservation, let visitors, admirers of nature, that wish to visit the park the only alternative to make long and tiring walks - which may not be appealing for tourists that want to enjoy nature. In this framework, the challenge for the management of the touristic growth is to know how to balance a sustainable environmental quality, without ceasing to stimulate the tourism industry.

We have the assumption that obeying to certain conditions, it is possible to install in the wild nature, a certain type of shelter, which itself, does not constitute a form of aggression to the environment. The objective of this dissertation centers on the conception of a nature shelter, for whose construction we use prefabricated parts in wood and cork, previously built in the factory in order to minimize environmental impacts.

The research develops the following study, divided in eight themes: (1) framework of the case study location; (2) importance of the aesthetic value of the case study; (3) the landscape as a tourist attraction factor; (4) the present existence of a name touristic segment; (5) sustainability and environmental ethics; (6) modular architecture compared to other construction processes; (7) prefabricated habitational shelter for resorts (8) finally, the case study, Habitéco as habitation shelter.

Key words:

Modular architecture; landscape integration; environmental preservation; prefabricated construction; ecotourism; sustainability.

1. ÍNDICE

I.	Prefácio	I
II.	Introdução	1
	Objectivo.....	2
	Hipótese.....	3
	Estrutura de Pesquisa	3
III.	Enquadramento	5
IV.	O valor estético da paisagem	10
	A paisagem em arquitectura.....	12
	A evolução do conceito de paisagem	15
	O Regresso à natureza	17
	A paisagem como espaço sensorial	22
	O apelo da natureza	22
	No plano da filosofia.....	23
V.	O valor da paisagem como factor de atracção turística	27
	A atracção da praia.....	28
	O turismo pós-moderno	31
VI.	O Segmento turístico motivado para procurar a natureza.....	36
VII.	Sustentabilidade, ética do ambiente e materiais	41
	Ética do ambiente	43
	A sustentabilidade e a utilização da cortiça e da madeira	44
VIII.	Arquitectura modular e processos construtivos	46
IX.	A pré-fabricação da habitação refúgio para eco-resorts	53
X.	Caso de estudo, o Habitéco como habitação-refúgio	58
	A ideia e a forma	59
	Processo construtivo	62
	Infraestruturas e apoio logístico	64
	Materiais	65
	Implantação no terreno e acessos	66
XI.	Conclusão	69
	Índice iconográfico	71
	Bibliografia	Erro! Marcador não definido.

Anexos	77
---------------------	-----------

I. Prefácio

A escolha do tema para a presente dissertação tem atrás de si uma história que preenche um período muito gratificante da minha vida. Nasceu e desenvolveu-se na contemplação e posterior recordação de certos trechos da paisagem natural algarvia. Panoramas belíssimos, aqueles, que se me fixaram na memória vai para mais de dois anos, e tão profundamente tais imagens visuais me ficaram gravadas no espírito que, com frequência, elas me ocorrem tão vivas como quando pela primeira vez as contemplei.

Foi no ano lectivo de 2009 — 2010 que as admirei vezes sem conta. Aconteceu nesse período ter de me deslocar, em várias ocasiões, à zona do Medo do Pontal, nas imediações da Carrapateira, (no Concelho de Vila do Bispo e área já integrada no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina), para a realização de um exercício académico da disciplina de Projecto. Esse foi o ensejo que me deu a conhecer aquele magnífico trecho da costa algarvia.

O interface terra/mar que a natureza ali criou é, na verdade, de uma beleza impressionante. Manuel Teixeira-Gomes, como creio que ninguém o poderia ter feito melhor, descreve-o assim:

A disposição da costa, em curvas de voluptuoso desenho, e enfeitada de rochedos que se esbarrocam sem cessar, tomando aparências fantásticas, ora isolando-se pelo mar fora, em leixões de monstruosa forma, ora abrindo-se em fojos e grutas, que plagiam vastas catedrais e ruínas de castelos formidáveis; essa disposição e a cor dos elementos que se reuniram no argamassado das rochas, onde argilas de púrpura e saibros dourados, junto à luz especial que se coa da atmosfera sempre húmida, tornam esse canto de Portugal num alfobre de assuntos pictóricos, superior em riqueza e variedade aos mais inspiradores da própria Itália. (Teixeira-Gomes, 1935/1960, p.83)



Fig.1 Arribas na Costa Vicentina. Fonte: o autor

Ficaram-me, com efeito, na memória, inesquecíveis, muitos dos momentos de deambulação vagarosa do olhar por aquele mar e por aquelas falésias, olhar que então nunca se fartava da fruição daqueles tesouros inesgotáveis.



Fig.2 Costa Vicentina – praia do Amado. Fonte: o autor

O exercício a que me referi consistiu na concepção e elaboração de um projecto de arquitectura para um hotel. Projecto imaginário e apenas de interesse académico, pois que, a ser erguida ali qualquer construção de raiz, ela seria, em termos ecológicos, atentatória da mais elementar política de correcta gestão ambiental. A implantação recaía sobre uma zona com todos os requisitos elegíveis para ser classificada como área protegida, devendo, assim,

estar preservada e livre de edificações de carácter definitivo. Para mais de uma com um impacto tão pesado como é um hotel.



Fig.3 Costa Vicentina – praia da Bordeira. Fonte: o autor

Considerarei e considero inteiramente compreensível e justificado que não sejam autorizadas construções de raiz em redutos como aquele, que conservam ainda praticamente intacta a sua beleza selvagem. Porém, apesar deste entendimento, confesso ter-me sentido, logo na altura, um tanto inconformado com o facto de ter de admitir que, para pôr estes lugares a salvo da mais que certa apetência construtiva, se tivesse de mantê-los longe das vistas de quem os pudesse admirar — quase secreta e ciosamente escondidos, como parecem estar condenados a permanecer.

Creio que ultimamente, com iniciativas esporádicas, embora registando certa demanda, o Parque Natural tem sido visitado por turistas que ali procuram o contacto com a natureza. São pequenos grupos organizados nos hotéis das proximidades que, conduzidos por guias, se dispõem a percorrer, em cansativas caminhadas, os trilhos que os levam até à beira mar e os trazem de volta ao autocarro para o regresso ao hotel.

A meu ver, tais expedições, que apenas tornam mais competitivos os pacotes turísticos de hotéis maioritariamente vocacionados para o turismo de

massa, (frequentemente descrito pelo estereótipo de ser um turismo despido do desejo de aventura e de se mover num certo vazio de imaginação), podem na realidade constituir um contributo importante no marketing do turismo local, mas creio que estão longe de poder corresponder ao que anseia experimentar um certo e mais diferenciado segmento de turistas, admirador da natureza e que está hoje em crescimento.

O turista que ama a natureza e deliberadamente a procura, esse quer com ela estabelecer um outro tipo de relação. Uma relação de maior proximidade, de intimidade, mesmo de diálogo. Ora isto requer algum isolamento e contacto mais próximo e prolongado.

Convém esclarecer, antes de prosseguir, aquilo que tenho em mente quando me refiro a esse contacto mais íntimo com a natureza e como julgo que se pode alcançar. Segundo o meu modo de ver (e de sentir), não é sede para saciar com simples passeios pelo campo. Consiste em algo mais profundo. Algo que se nos impõe, exigindo uma resposta interior; um apelo vindo de dentro, instando-nos a procurar a proximidade do meio natural; a dispormo-nos a admirá-lo como um lugar que transporta a sentimentos de elevada sensibilidade; a abrimo-nos às emoções que prodigaliza; a vivermos uma experiência que ressoa como um renascer espiritual. É algo que nos permite, de um modo único, libertar a imaginação, para que colha sem limitações todos os estímulos que lhe são fornecidos pela fantasia surpreendente como a natureza dispõe, em arranjos esplendorosos, os elementos de que se compõe.

Ora, para atingir um tal estado emocional, não me parece que a formação de grupos e a organização de visitas guiadas seja uma via apropriada. Longe disso: o grupo, ao impor a presença alheia, distrai e inibe o afinamento da sensibilidade; neutraliza a sedução causada pela expectativa do inesperado; limita a atracção pelo desconhecido; coíbe o exercício livre e sadio da curiosidade — aquela curiosidade que pede um exame tão interessado quanto desejado, que nos aproxima, nos envolve, nos reconcilia e nos desperta o prazer da integração.

O turista para se insinuar à intimidade da natureza tem, se está perto do mar, de adormecer embalado pelo som cadenciado das vagas; tem de acordar a tempo de assistir ao espectáculo do alvorecer, e sentir-se dominado pela embriaguez que esse deslumbramento produz; tem de suspender a respiração para escutar o canto da rola, ali tão próximo; tem de ouvir o murmúrio da folhagem soprada pela brisa ao cair da tarde; tem de aspirar profundamente o aroma de que o ar da manhã enche a atmosfera; tem, enfim, de dispor o espírito para o gozo que dá a descoberta dos mil mistérios escondidos pela natureza na sua imensa complexidade.

Tudo isto requer o isolamento, a serenidade, a paz de espírito e, ainda que por curto período de tempo, uma indispensável instalação no local.

A esta visão, (porventura considerada idílica e de pendor poético excessivo, talvez aqui deslocado), poderão as mentes mais propensas ao pensamento racional contrapor que a realidade não é o sonho, que se trata de devaneios da fantasia, que o quadro apresentado não passa de uma interpretação pessoal, nascida de um temperamento particular; que, enfim, é preciso estar mais cingido a factos concretos. Pois, então, dir-lhes-ei que é a partir do que se sente, dando largas à imaginação, que se chega às meditações mais penetrantes; que fora das emoções não há pensamento produtivo verdadeiramente original. A lógica, por si só, é como uma linha férrea: de estação em estação, conduz-nos a destinos limitados; a imaginação, em voo livre, leva-nos a toda a parte. E não tenhamos ilusões: sob aquelas imagens palpita uma questão séria e da maior magnitude: a das relações profundas entre a natureza e o homem, enquanto ser cultural. Trata-se, no fundo, da eterna ligação entre o cósmico e o racional.

Esta dissertação de mestrado pretende estudar uma habitação refúgio ecológica, compatível, adaptada e integrada no meio natural protegido do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Quatro conceitos fundamentais se cruzam na dinâmica em que se move o tema da dissertação, e todos se inter-relacionam na procura de um indispensável equilíbrio. Esses conceitos podem exprimir-se simplificada e utilizando os seguintes termos: “natureza selvagem”, “sustentabilidade”, “habitação mínima” e “conforto”. E numa frase se pode condensar o foco essencial do projecto: “possibilitar a contemplação da *natureza selvagem*, no *conforto* de uma *habitação mínima*, tendo como condição indispensável assegurar a *sustentabilidade* do meio envolvente”.

A paisagem não é só um lugar, é muito mais o modo como o olhamos ou, dito de outro modo, o desafio de explorar novas paisagens não está tanto na procura de novos cenários mas sim na atitude de ver com novos olhos. Moldar o olhar de acordo com renovadas disposições do espírito é descobrir constantemente o novo.

II. Introdução

Todos quantos, como nós, amamos a natureza sentimos a urgência de encontrar respostas que compatibilizem a defesa do meio natural com a presença humana. O sector dos activistas ecológicos que, com total intransigência, defende a sustentabilidade dos ecossistemas e a preservação da natureza excluindo, em absoluto, a presença humana, afigura-se-me incorrer num processo tão pouco racional como o de todos os outros que, no polo oposto, colocam o ser humano num plano exterior e superior ao da natureza e consideram que todos os seus elementos devem estar ao serviço do homem e, se necessário, fazê-los sucumbir perante os seus desejos ou interesses.

Temos bem à vista como a construção massiva de empreendimentos turísticos e de muitos outros edifícios erguidos pelo impulso dessa mesma dinâmica descontrolada sacrificou, salvo raras excepções, o que de melhor oferecia o Algarve e havia atraído os primeiros turistas: uma gente hospitaleira, um clima ameno, um sol luminoso, um mar sereno e a beleza única da sua paisagem natural. Foram, com efeito, destruídos inúmeros tesouros paisagísticos, que a natureza, tão prodigamente, aqui havia composto. Dessa fúria desenfreada de construção, apenas foram poupados alguns poucos espaços, agora ciosamente resguardados. É esse, notoriamente, o caso do Parque Nacional do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Dentro do Parque Nacional do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina está fora de causa a possibilidade de construir qualquer tipo de habitação de raiz. Este facto abriu caminho à ideia de tentar uma abordagem alternativa à construção definitiva como único modo de facultar ao turista amante da natureza o meio de se encontrar com ela. Encarar, pois, o desafio de considerar uma habitação compatível com a preservação do ambiente natural, concebendo um tipo de arquitectura servida por um processo construtivo que pudesse pousar na terra, sem a ferir, no mínimo que fosse, e que, quando

necessário, pudesse retirar-se dela sem deixar vestígio, constituiu-se, assim, no problema central a resolver na presente dissertação.

A permanência no local do tipo de turista que conjeturo, não exige uma habitação definitiva. Bem pelo contrário, satisfaz-se melhor com um alojamento frugal, temporário; quanto baste para o seu diálogo com a natureza, se bem que dispondo das comodidades e funcionalidades exigíveis a uma instalação por período não muito demorado. Uma espécie de abrigo, transportável, auto-suficiente, que pousa transitoriamente no local e dele se retira com todo o cuidado. Não estamos condenados a adulterar o ambiente ao acrescentar-lhe a nossa presença. Basta que, sabendo compreender os seus ritmos, encontremos os meios de respeitar a sua integridade. É este o espírito do projecto. E, a haver um *slogan* para o qualificar em termos de cautelas ecológicas, ele seria: “deixaremos o local tal como o encontramos”.

Objectivo

A pesquisa tem como objectivo desenvolver uma habitação refúgio para cuja construção se recorre integralmente a peças pré-fabricadas, previamente feitas em instalação fabril existente à distância. Os locais de implantação serão antecipadamente seleccionados, em função de factores relacionados com os aspectos estéticos da paisagem envolvente e outros critérios de ordem prática, como, designadamente, facilidade de acesso e de implantação.

A maior parte do trabalho desenvolve-se, pois, nesse centro fabril distante dos locais de implantação da habitação. Aí é feito o planeamento, a recolha dos materiais e a fabricação das componentes transportáveis, tendo em vista um rápido e eficaz processo de montagem nos locais de utilização. Lá se planeia o transporte, se programa a montagem e desmontagem, se baseia toda a actividade de apoio logístico (a assegurar no respeitante ao fornecimento energético, abastecimento de água e recolha de resíduos sólidos e líquidos) e se instalam as estruturas de suporte empresarial do projecto, em matéria de marketing, gestão e exploração comercial.

Nos locais, previamente escolhidos, para instalação das células habitacionais apenas se realizam, e no mais curto espaço de tempo, as operações de montagem e desmontagem.

Hipótese

Obedecendo a determinadas condições, é possível instalar num meio de natureza selvagem um certo tipo de habitação que, em si mesmo, não constitui a menor forma de agressão ao ambiente. As condições prendem-se, necessariamente, com um criterioso respeito das exigências de manutenção da integridade dos sistemas ecológicos presentes, ou seja, a sustentabilidade ambiental, concebendo uma estrutura habitacional que entra e sai do meio sem lhe perturbar os equilíbrios.

No cerne da presente dissertação está, assim, a ideia de que uma diferente abordagem na arquitectura habitacional, implicando uma modalidade menos convencional (a modular) de conceber o processo construtivo, pode fornecer um contributo para resolver o problema de habitar em zonas não autorizadas para erguer novas edificações construídas de raiz.

Estrutura de Pesquisa

Os critérios e linhas de investigação seguidos assentam na apreensão, ordenação estruturada e desenvolvimento das ideias e conceitos fundamentais que importa considerar para sustentar esta proposta de habitação refúgio da natureza a ser instalada no Parque Nacional do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. A saber:

- a) O *enquadramento*, com a descrição da singularidade do lugar e a sua caracterização física, topográfica e climática;
- b) A importância do *valor estético da paisagem*;

- c) Esse mesmo valor tomado como *factor de atracção turístico*;

- d) A efectiva existência de um *segmento turístico motivado para procurar a natureza*, em experiências de contacto directo com o meio natural em estado puro, isto é, onde a marca do homem não é substancialmente visível;

- e) A problemática da *sustentabilidade e ética do ambiente*, na perspectiva de um pacto com a natureza, procurado pela proposta;

- f) A abordagem da *arquitectura modular* face a outros *processos construtivos*;

- g) Estudo da *pré-fabricação da habitação refúgio* para *eco-resorts*;

- h) Finalmente, o *caso de estudo* com a instalação da habitação-refúgio, designada por Habitéco, incluindo considerações sobre: o nascimento da ideia, da forma que a traduz, o conceito, o processo construtivo, as infraestruturas e apoio logístico, os materiais, a implantação no terreno e as acessibilidades.

III. Enquadramento

O estudo constante da presente dissertação incidiu, como já foi referido, sobre um lugar conhecido por Medo do Pontal, existente nas proximidades da Vila da Carrapateira. Saindo da povoação na direcção do poente e percorrendo não mais de dois quilómetros, encontra-se, montado sobre duas vertentes íngremes que mergulham no mar, um terraço plano que é um miradouro panorâmico de vastíssimo alcance sobre todo o desenho da costa. As manchas do verde tenro da vegetação rasteira que, aqui e além, afloram nesse plano contrastam com os tons de cobre e ouro do terreno saibroso que, ao seu redor, as emolduram, tudo compondo um local muito agradável, em si mesmo e nos longes que oferece ao olhar, seja qual for o quadrante que se escolha.



Fig.4

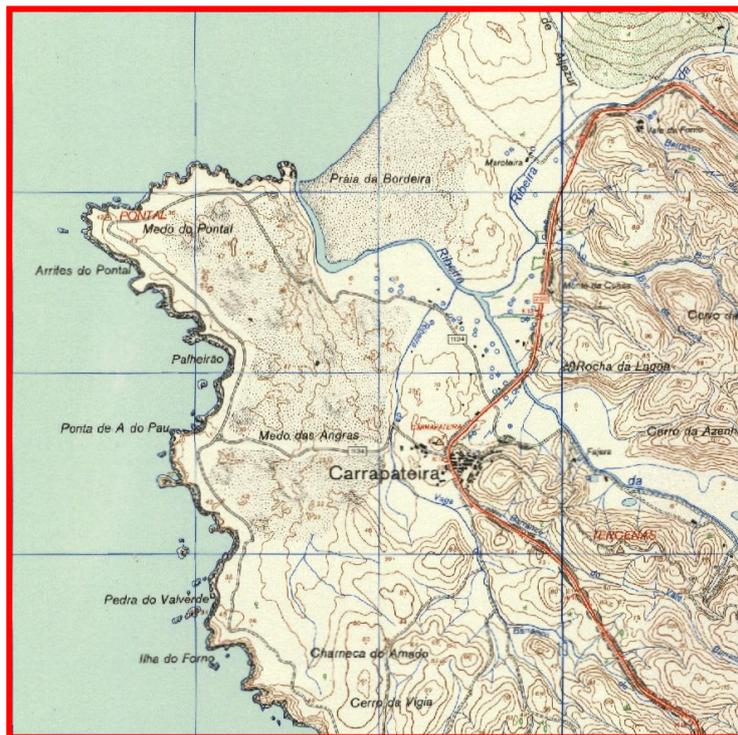


Fig.5

Fig.4 Mapa da implantação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/com>, recuperado em 22 Outubro, 2012

Fig.5 Carta milita N° 592r, esc.: 1:25000

É um local pertencente ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que foi declarada pelo Governo, em 1995, zona ecológica protegida. Integra-se na faixa costeira atlântica, cuja plataforma é caracterizada por uma paisagem de arribas abruptas, que escondem pequenas praias e onde também vêm desembocar três linhas de água (Carrapateira, Bordeira e Aljezur), hoje de pequeno caudal, mas onde, ao longo dos tempos, o trabalho das torrentes escavou na rocha vales profundos com vertentes de acentuada inclinação.



Fig.6 Costa Vicentina. Fonte: o autor

O jornalista Roger Green, exprimindo a sua opinião independente e de reconhecida autoridade, refere-se ao Parque, nas páginas da revista “*Unique*”, no ano 2001, introduzindo-nos na sua atmosfera mítica, envolta numa especial aura de mistério, realça a sua beleza natural e igualmente nos transporta para o seu contexto histórico. Diz o referido autor:

[...] Hoje, a sua beleza natural e tradições culturais foram, finalmente reconhecidas e preservadas para a posteridade. Tem sido cada vez mais promovida como área de especial importância ecológica e como o destino ideal para turistas que gostam de se aventurar por trilhos de terra batida. [...] A atmosfera mítica que envolve Sagres e o Cabo de S. Vicente foi descrita por cronistas gregos do século IV como um lugar proibido depois do anoitecer, por

ser um local frequentado pelos Deuses. Para os Romanos, toda a área fazia parte do Promontório Sacro, de onde deriva o topónimo Sagres, a parte mais ocidental do mundo conhecido onde o Sol, no seu ocaso, fazia ferver as águas do oceano. (Green, 2001, pp. 6-13)

Verificamos, pois, que o lugar escolhido, além da sua beleza natural, se encontra também envolto numa especial atmosfera de mistério muito cativante.

O Parque estende-se por cerca de 75.000 hectares de área terrestre e abrange uma extensa faixa costeira virada ao atlântico, expandindo-se por uma mancha de mar aberto, de 2 Km. de largura, paralela à costa, a zona montanhosa da Serra do Espinhaço de Cão e da Serra de Monchique e a região interior ocidental. Com uma população dispersa (cerca de 27.000 habitantes que vivem e trabalham na zona) é uma área rica em flora, fauna e vida marinha, a que se juntam as tradicionais actividades marítimas ao longo de uma costa salpicada com algumas das mais belas praias de Portugal: ora pequenas enseadas arenosas que se aninham entre as falésias, ora vastas extensões de areia que se perdem na linha do horizonte. Algumas são difíceis de encontrar mas, uma vez descobertas, propiciam sentimentos de paz e apetite de recolhimento. Outras encontram-se expostas às vagas do Atlântico, e são ideais para a prática de *surf*. O Parque conta com cerca de 750 espécies de flora; doze das quais, na zona de Sagres, são únicas no mundo e, pelo menos três, honram o Cabo de São Vicente com o seu nome: a *Scilla vicentina*, a *Centaurea vicentina* e a *Biscutella vicentina*. (Green, 2001, pp. 6,9 e 13). Quanto à geografia física, esta zona litoral configura uma plataforma planáltica cortada por arribas abruptas, praias pequenas e vales encaixados, perpendiculares à linha de costa.

O clima, é considerado sub-húmido seco, com amplitudes térmicas inferiores a 7°. Regista uma temperatura média anual de cerca de 17,5° C. junto ao mar e que vai diminuindo do litoral para o interior onde, no extremo Nordeste, desce para 15° C. médios (este extremo corresponde ao topo da Serra do Espinhaço de Cão e a altitude explica a diminuição da temperatura). A temperatura varia ao longo do ano, sendo Janeiro o mês onde se verificam, em

média, as temperaturas mais baixas. Agosto é normalmente um dos meses mais quentes.

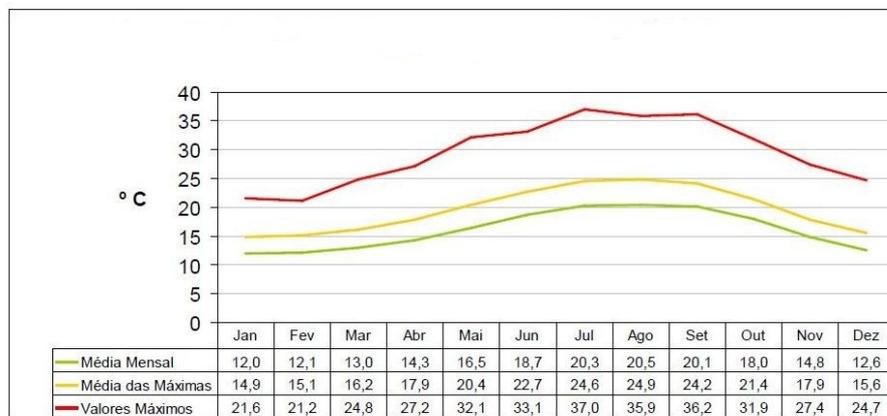


Tabela 1 - Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos na estação climatológica de Vila do Bispo (1951-1980) C.M.Lagos – Plano de Defesa Contra Incêndios 2010 – 2014. Fonte: <http://www.cm-lagos.pt>, recuperado em 12, Agosto, 2012

No que respeita à precipitação, regista-se que os meses de menor precipitação são de Junho a Setembro, e, por sua vez, os de maior precipitação de Novembro a Março. A média anual varia entre um máximo de 720 mm e um mínimo de 230 mm.

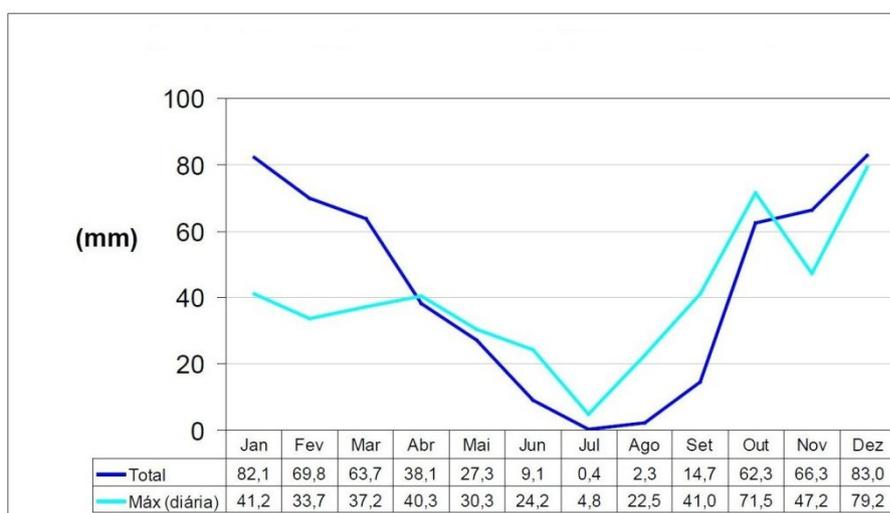


Tabela 2 – Precipitação mensal na estação climatológica de Vila do Bispo (1951-1980) C.M.Lagos – Plano de Defesa Contra Incêndios 2010 – 2014. Fonte: <http://www.cm-lagos.pt>, recuperado em 12, Agosto, 2012

A humidade do ar aumenta no Inverno, em virtude de a temperatura ser superior ao longo do litoral, arrefecendo as massas de ar mais quando atingem o interior. No Verão, as temperaturas são superiores no interior e as massas de ar húmidas, vindas do mar, aquecem à medida que se deslocam. Ao aquecerem dilatam, diminuindo a humidade relativa.

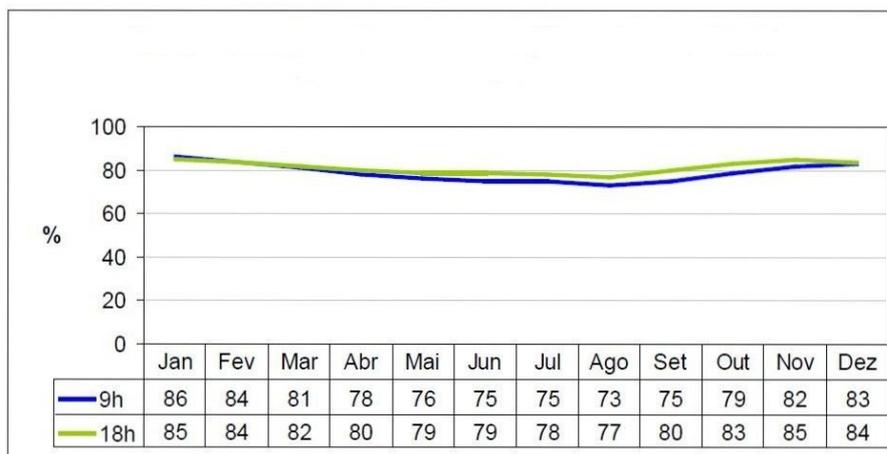


Tabela 3 Humidade relativa mensal na estação climatológica de Vila do Bispo (1951-1980)
C.M.Lagos – Plano de Defesa Contra Incêndios 2010 – 2014. Fonte: <http://www.cm-lagos.pt>, recuperado em 12, Agosto, 2012

Sobre o regime de ventos, verifica-se que o Inverno corresponde ao período de maior percentagem de “calmas”. Embora na Primavera haja um predomínio dos períodos calmos, estes tendem a diminuir até atingirem, no Verão, a percentagem de ocorrência mais pequena, sendo em Agosto que os ventos do Norte alcançam o seu valor e velocidade máximos (superior a 36 Km./h.) — é a nortada. Os ventos de Este e Sudeste, apesar de não serem dominantes, aumentam de frequência no Outono.

O nevoeiro é frequente nas manhãs de Verão. Por regra ocorre, nas áreas mais interiores, a formação de nevoeiro pouco espesso, principalmente no Outono, Inverno e Primavera, formando-se durante a noite e desaparecendo às primeiras horas do dia. (Strahler, 1984 como citado em Morais, 1995, pp.94-141).

IV. O valor estético da paisagem

Iniciarei este capítulo abordando o tema em dois registos de sensibilidade: a do observador comum que, num lance de vista, afere o valor estético da paisagem apenas com o instrumental exclusivo da sua percepção sensorial; depois, a do observador especializado, que mune a sua concepção com uma legibilidade especificamente informada, como é o caso do arquitecto que tende a interpretar a paisagem como o espaço estético com valores espaciais e formais onde se produz o fenómeno arquitectónico. Em seguida, farei uma breve digressão sobre o contexto histórico em que se forma e evolui o conceito de paisagem, deixando também algumas reflexões sobre o que considero ser a essência da reacção estética à beleza natural.



Fig.7 Medo do Pontal, Carrapateira. Fonte: o autor.

Na tese defendida na presente dissertação, o elemento paisagístico, dado que conta como elemento de atracção turística, tem de ser visto à luz dos seus requisitos estéticos e, além disso, toma um papel acrescido no que respeita ao contexto cenográfico no qual se insere o objecto arquitectónico tornado referência na paisagem. O valor estético da paisagem assume por tudo isso uma particular importância. Ora, neste ponto, estou certo de haver na Costa Vicentina quadros de paisagem natural suficientemente valiosos para

atrair os visitantes e compensá-los generosamente, sob a forma de luminosas e poderosas impressões. São cenários tão inspiradores como o transposto pelo seguinte poema, «Paisagem», (1990) da poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen (1919 – 2004), o qual não resisto à tentação de aqui transcrever, pois a força telúrica das suas imagens tem tal afinidade com a das paragens de que me ocupo que a sua inspiração bem poderia lá ter sido recolhida:

Paisagem

*Passavam pelo ar aves repentinas,
O cheiro da terra era fundo e amargo,
E no longe as cavalgadas do mar largo
Sacudiam na areia as suas crinas*

*Era o céu azul, o campo verde, a terra escura,
Era a carne das árvores elástica e dura,
Eram as gotas de sangue da resina
E as folhas em que a luz se descombina.*

*Eram os caminhos num ir lento,
Eram as mãos profundas do vento
Era o livre e luminoso chamamento
Da asa dos espaços fugitiva.*

*Eram os pinheirais onde o céu poisa,
Era o peso e era a cor de cada coisa,
A sua quietude, secretamente viva,
E a sua exaltação afirmativa.*

*Era a verdade e a força do mar largo,
Cuja voz, quando se quebra, sobe
Era o regresso sem fim e a claridade
Das praias onde a direito o vento corre*

(Andersen, 1990/2004, p.44)

A paisagem em arquitectura

Contudo, para além da beleza oferecida à vista, a paisagem é mais que um cenário de contemplação. É parte formal do território da arquitectura, onde assume uma função de importância fundamental. Está no cerne da decisão arquitectónica, desde o momento inicial. Certamente, o homem que construiu o primeiro abrigo para se acolher não deixou de olhar em redor para considerar sobre qual o melhor e mais agradável local para o erguer. A paisagem é o contínuo natural (ou construído) que serve de base à intervenção arquitectónica, e que condiciona, em muito, a decisão sobre a escolha da nova forma que nela se pretende instalar. Um dos mais importantes canais por onde a arquitectura comunica é precisamente o da harmonia estabelecida entre o objecto arquitectónico e os elementos da paisagem que o rodeiam.

Poderia aqui apresentar inúmeros casos em que isso é particularmente notório. Mas detenho-me apenas num caso que me parece exemplar: o da “Villa Rotonda” de Andrea Palladio (1518-80). Há ali todo um enriquecimento que a paisagem acrescenta à obra arquitectónica. Como afirmam os autores Wundram e Pape, o edifício brota da paisagem. Há uma tensão entre a natureza e a arte. Os alçados, a planta e o corte transversal da Villa Rotonda dão corpo ao ideal da construção centralizada, alcançando uma grande pureza de qualidade clássica. A Villa Rotonda é uma residência de campo aristocrática, construída por volta de 1550, tendo sido encomendada a Palladio pelo Conde Paolo Almerico. Está situada perto de Vicenza, nas colinas do Monte Berico. É constituída por um bloco cúbico encimado por uma cúpula e ladeado nas quatro fachadas por pórticos idênticos, fazendo lembrar as frontarias dos templos. Irradiam desta disposição forças centrífugas que, a partir do interior do edifício, convidam a olhar para o exterior, para a paisagem envolvente. «[...] as fachadas, ornadas com pórticos simétricos, nos quatro lados, acompanham a subida da encosta, através de lanços de escadas; a cúpula central deve ser entendida como o remate da colina ou, pelo contrário, é a colina que se ergue, através do edifício», (Wundram e Pape, 2004, p. 186)



Fig.8 Andrea Palladio, *Villa Rotonda*, Vicenza, 1550.

Fonte: <http://parlandoditalia.blogspot.pt>, recuperado em 20, Novembro, 2012

O próprio Palladio referiu a estreita ligação entre a paisagem e o edifício. Diz na sua obra “*Quattro Libri dell’ Architettura*”, (1570) o seguinte:

[...] o local está bem situado e é dos mais agradáveis e mais encantadores que se possam imaginar; ergue-se no cimo de uma colina, que se sobe muito facilmente. À sua volta surgem as mais belas colinas, que oferecem o panorama de um gigantesco teatro [...]; como, de cada um dos quatro lados, se desfruta um belíssimo panorama, erguem-se lóginas em todas as fachadas.» (Palladio, 1570, como citado em Wundram e Pape, 2004, p. 186).

Na opinião dos autores Wundram e Pape, a Villa Rotonda funde-se com a paisagem e, por outro lado, representa a personificação perfeita do ideal construtivo centralizado. A arquitectura, numa pura criação de arte, ergue-se perante a natureza, mostrando o contraste entre a realidade concreta (a natureza) e o abstracto (a forma arquitectónica rigorosamente estudada). (2004, p.86).

Também William Morris, um crítico de arte de grande influência e que muito se preocupou com a criação de novos padrões artísticos regeneradores da produção arquitectónica massiva e incharacterística que marcou os finais do

século XIX no Ocidente, escreveu, em *The Prospects of Architecture in Civilization*, no ano de 1881:

A arquitectura compreende a observação de todo o meio físico que rodeia a vida humana; não podemos furtar-nos a ela, enquanto fizermos parte da civilização, dado que a arquitectura é o conjunto das modificações e das alterações introduzidas na superfície terrestre, tendo em vista as necessidades humanas, com excepção apenas do puro deserto. Nem podemos, no que se refere à arquitectura, confiar os nossos interesses a um reduzido grupo de homens instruídos, encarregá-los de investigar, de descobrir, de modelar o ambiente no qual iremos depois estar nós, e maravilharmo-nos com ele, considerando-o como algo belo e acabado; isto, pelo contrário, compete a nós próprios, a cada um de nós, que deve vigiar e defender o correcto ordenamento da paisagem terrestre, com o seu espírito e com as suas mãos, na parte que lhe respeita. (Morris, 1881 como citado em Benévolo, 1994/2007, p. 16).

Os complexos problemas com que se debate contemporaneamente a vida urbana contam para a sua resolução com um contributo importante dos arquitectos, muito particularmente daqueles que se dedicam ao urbanismo, todavia não se pode esperar que sejam os arquitectos sozinhos a solucionar tais problemas. A modelação do ambiente, com particular incidência no ambiente urbano mas não só, é uma tarefa multidisciplinar que convoca variados especialistas mas da qual o público em geral se não pode nem deve excluir, porque é ele o verdadeiro destinatário desse trabalho.

A evolução do conceito de paisagem

Ao termo paisagem, desde que ele surge na linguagem, vão sendo associados conceitos que variam com o tempo e com as origens linguísticas. Circunscrevendo-nos à análise etimológica podemos verificar que nos países de raiz latina o termo paisagem assumia uma conotação mais virada para a ruralidade do que nos países de origem anglo-saxónica e germânica, onde tinha uma aceção mais ligada ao espaço geográfico possível de abranger com a vista. (Raposo Magalhães, 2009, p. 51)

Raposo Magalhães afirma ainda que é a partir do Renascimento que o termo surge aplicado à pintura, aparecendo então a designação de 'paisagista' atribuída aos pintores de paisagens. No entanto, este conteúdo terá assumido maior expressão a partir do século XVII, quando a paisagem rural é representada como tema central da obra pictórica. Neste período, a Paisagem Rural significa, muito para além do espaço de produção agrícola romano, um local de lazer e de prazer a atrair os que já sentiam a necessidade de fugir à pressão do ambiente citadino.



Fig.9 João Cristino da Silva, *Paisagem e animais – vista de Lisboa* 1859.

Fonte: <http://comjeitoearte.blogspot.pt>, recuperado em 5, Outubro, 2012

No século XIX, a paisagem é decididamente o termo que encerra uma dicotomia entre a cidade e o campo, entre a vida inóspita e artificial das cidades e a doçura da natureza. O valor que lhe é dado exprime-se, quer na pintura quer na literatura como um modelo ideal. A cidade perfeita não dispensa trechos da representação da natureza, tal e qual ela é, na sua versão natural, ou com uma reduzida intervenção do homem.

O conceito de paisagem, num sentido abrangente no qual a um substrato natural são acrescentadas as marcas da acção do homem, é uma aquisição dos fins do século XIX, princípios do século XX. Mais recentemente, partir dos conhecimentos aportados pela ciência ecológica, em muitos casos, a percepção da paisagem deixou de estar ligada às impressões visuais que ela sugere, e passou a incluir, por um lado, os ecossistemas que lhe estão subjacentes e lhe deram origem, e, noutra perspectiva, os processos de humanização, sejam eles ligados às actividades rurais, ou às actividades urbano-industriais. (Raposo Magalhães, 2001,p.51)



Fig.10 John Constable, *A carroça de feno*. 1821.

Fonte: <http://19thcenturybritpaint.blogspot.pt>, recuperado em 5, Outubro, 2012

O Regresso à natureza

O Romantismo, o grande movimento cultural que começando nos finais do século XVIII inflama os espíritos intelectuais até meados do século XIX, veio colocar a paisagem sob um foco muito especial, sobretudo na literatura, na poesia, na pintura, mas também na arquitectura. A paisagem natural está profundamente ligada ao espírito do romantismo. Os românticos inspiram-se na paisagem como perante uma nova revelação: são outras sensações que nascem da doçura da natureza, do seu colorido, da sua claridade, dos espaços que se abrem nos horizontes, no acetinado das nuvens, no mar matizado de brumas, no sol que parece derramar uma nova luz.

O Romantismo é a época de valorização máxima do elemento imaginativo. O Historiador H. W. Janson, na sua *História da Arte* (2007) descreve como a vontade dos românticos era eliminar qualquer tipo de artifício na conexão com a Natureza para recuperar os seus valores sublimes, selvagens, desmedidos, de emoção. Reconhece como os românticos valorizavam uma relação com a Natureza que lhes proporcionava liberdade, amor, entusiasmo. Como o autor bem evidencia, os românticos “adoravam a emoção pela emoção”. (pp.574-576)

Para fixarem todo o manancial das suas emoções e novos ideais em realizações que permanecessem, os artistas românticos teriam de criar um estilo. Todavia a sua veemente oposição aos valores vigentes, entrando em conflito com os padrões estabelecidos no seu tempo, impedia-os de reproduzir o que à sua volta era tido como consagrado. Por isso, sentindo-se atraídos pelos valores do passado, provocaram o reatar das tradições representadas pela idade clássica, abrindo assim caminho aos “revivalismos”.

Conhecido o pendor individualista dos artistas românticos, era de presumir que a variedade de estilos reviventes se verificasse mais abertamente na pintura — a mais intimista das artes plásticas — e menos na arquitectura, que é muito mais comunitária e pública. Porém, tal não se verificou: tanto os

pintores como os escritores não abandonaram as tendências de representação adquiridas durante o Renascimento. Foram os arquitectos, mais livres na sua iniciativa, que prolongaram por mais tempo e mais diversificadamente os estilos revivalistas.

A arquitectura romântica nasceu na Inglaterra, com o ressurgimento Palladiano, nos anos de 1720. Um abastado amante de arte, Lord Burlington (1694 – 1753), patrocinou a construção (em Londres) de *Chiswick House*, inspirada na Villa Rotonda.



Fig.11 Lord Burlington, *Chiswick House*, Londres, 1729

Fonte: <http://realeza.foros.ws>, recuperado em 17, Janeiro, 2013

Este estilo distingue-se dos anteriores estilos classicistas. Constatase facilmente que a aparência exterior não é um elemento a que seja dada grande importância. O que é notável no desenho do edifício é a preocupação, não apenas de reafirmar os valores clássicos mas, de ir mais longe, de impor uma razão forte que pretende ser mais “natural” do que o próprio Barroco. Este racionalismo explica o aspecto abstracto e fragmentário de *Chiswick House* onde predominam superfícies planas e contínuas, com ornamentações pobres e com o pórtico de templo a projectar-se do bloco do edifício de um modo estranho, aparentemente deslocado,.

Para conceber o jardim, Lord Burlington e os que seguiam as suas ideias como, designadamente, o arquitecto Capability Brown (1716 – 1783) entre outros, partiram da conclusão de que o tipo de jardim tradicional, geometricamente traçado (como o de Le Nôtre, em Versalhes), era demasiado artificial e distante da natureza, sem haver razão para isso; criaram, então, o “jardim à inglesa”. Um espaço laboriosamente planeado para “copiar” as disposições irregulares e aleatórias dos elementos da natureza. Tão próximo quanto possível das paisagens do pintor Claude Lorraine, que os arquitectos paisagistas ingleses consideravam como um paisagista por excelência. Recantos “pitorescos”, albergando pequenos templos meio escondidos, a sobressair da vegetação, ou ruínas artificiais, tudo destinado a desencadear “as dolorosas reflexões da alma. (Janson, 2007, pp. 574-576).



Fig.12 Claude Lorraine, *Paisagem com Céfalos e Prócris reunidas por Diana*, 1645.

Fonte: <http://www.museumsyndicate.com>, recuperado em 5, Outubro, 2012

A ideia subjacente no “jardim à inglesa” é a procura de sentimentos e emoções que tinham sido desenvolvidamente expostos na poesia e na pintura. O “jardim à inglesa” é, assim, um disfarce (tantas vezes mal conseguido) da natureza, onde os limites entre o natural e o artificial se procura deliberadamente confundir.

Quando esta moda atravessou o Canal em direcção ao Continente foi amplamente saudada como uma concepção inédita dos jardins, tornando-se um veículo da emoção romântica. (Janson, 2007, pp. 574-575).



Fig.13 Capability Brown, *Stourhead House and Gardens*, Inglaterra, 1718.

Fonte: <http://www.kitecottage Dorset.co.uk>, recuperado em 10, Outubro, 2012

Também na “Arte Nova”, do século XX, podemos encontrar sugestões que remetem para o apreço dos valores da natureza. Vejamos, a propósito, a passagem seguinte do arquitecto belga Henry van de Velde (1863 – 1957), um dos fundadores da *Art Nouveau*, passagem toda ela repassada de magníficas e notórias ressonâncias românticas:

[...] É na intelectualidade do ambiente agreste que reside o encanto e a excelência. As paisagens são quartos de eleição e nós escolhemos os mais vastos e os mais coloridos, as pradarias, atravessadas por ribeirinhos, ornamentadas de flores, para expandir a nossa alegria: são os bosques frondosos que chamam os nossos sonhos indecisos, as nossas aspirações mal definidas; as grandes ravinas são os quartos da amargura e é aos grandes braços protectores das árvores que confiamos os nossos sofrimentos, para que eles os adormeçam. [...] Assim, no futuro, dever-se-á empregar a ordem das paisagens e usar na construção das nossas casas as linhas significativas que elas utilizam, geradoras de tão imperiosas sensações. [...] A ideia de nos inspirarmos nas mais belas fontes de edificação e de ornamentação do mais belo monumento — seja ele o Sol, as árvores, as flores e, acima de tudo o céu —, não é mais do que um regresso à verdadeira tradição da arquitectura. (Van de Velde, 1892 como citado em Morais 1995, p. 27)



Fig.14 Henry Van de Velde, *Bloemenwerf House*, Bruxelas, 1896.

Fonte: <http://jvillavisencio.blogspot.pt>, recuperado em 15, Outubro, 2012

Henry van de Velde torna bem evidente o sentimento de afinidade, de intimidade, de afecto, que se pode estabelecer entre o homem e a natureza, entre o homem e o prazer estético ou o conforto espiritual que se retira, muitas vezes, de um simples olhar sobre o elemento natural. O texto é tanto mais cativante quanto não podemos ignorar que é o olhar informado de um arquitecto a fazer um tal elogio da paisagem.

O elogio da paisagem atravessa todas as épocas. O poema «Tejo» (2000), da Poetisa Portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen, mostra-o, de um modo sublime:

*Aqui e além em Lisboa – quando vamos
Com pressa ou distraídos pelas ruas
Ao virar da esquina de súbito avistamos
Irizado o Tejo:
Então se tornam
Leve o nosso corpo e a nossa alma alada.*

(2000, p.74)

A paisagem como espaço sensorial

O processo como apreciamos a natureza é distinto do que pomos em jogo para admirar as obras de arte. A apreciação da natureza é uma experiência interactiva. Apela à intervenção dos sentidos: seja devido à incidência da luz natural, que põe nas cores valores novos, das mais variadas gamas e inimitáveis matizes; seja pelo afago morno do Sol, a fazer-se sentir agradavelmente em manhã de Inverno; seja pela doçura do aroma das flores, pelo cheiro forte da terra ou pelo odor balsâmico da floresta; seja pelo ciciar da brisa ou pelo som fragoroso do rebrantar das ondas; enfim, por todas as modalidades sensoriais, podemos sentir-nos participantes do mundo natural.

O apelo da natureza

Não podendo ignorar que o homem, enquanto ser cultural, tem realizado um longo processo de afastamento da natureza, não creio, contudo, que possa ter havido um corte absoluto com as origens. Julgo, por tudo isso, que a convivência com a paisagem é um factor indispensável ao nosso equilíbrio psicológico. No mais profundo do subconsciente humano existe, decerto, uma exigência radical, um apelo irresistível pelo meio natural. É essa ressurgência atávica dos tempos e cenários ancestrais que, acredito, explica a necessidade do jardim, do parque, das zonas verdes, no interior da cidade. E tanto mais eficaz, na sua função harmonizadora, diria mesmo apaziguadora, quanto melhor imitar, reproduzir, a própria natureza.

Fernando Pessoa (1888 – 1935) exprime, de uma forma muito bela, e com grande profundidade de análise, boa parte daquilo a que me quero referir com o apelo da natureza.

Não sei que coisa estranha e pobre existe na substância íntima dos jardins citadinos que só a posso sentir bem quando me sinto mal a mim. Um jardim é um resumo da civilização — uma modificação anónima da natureza. As plantas estão ali, mas há ruas — ruas. Crescem árvores, mas há bancos por baixo da sua sombra. No alinhamento virado para os quatro lados da cidade, ali só

largo, os bancos são maiores e têm quase sempre gente. [...] Não odeio a regularidade das flores em canteiros. Odeio, porém, o emprego público das flores. Se os canteiros fossem em parques fechados, se as flores crescessem sobre recantos feudais, se os bancos não tivessem alguém, haveria com que consolar-me na contemplação inútil dos jardins. Assim, na cidade, regrados mas úteis, os jardins são para mim como gaiolas, em que as espontaneidades coloridas das árvores e das flores não têm senão espaço para o não ter, lugar para dele não sair, e a beleza própria sem a vida que pertence a ela. (Pessoa. 1930/1986).

No plano da filosofia

No campo filosófico a atribuição de valor estético à natureza não se apresenta como uma questão linear. A explicação do juízo estético, que contribuiu para estabelecer os cânones da teoria da estética, ainda em vigor em muitos aspectos, é dada por Immanuel Kant (1724 – 1804), na “Crítica da Faculdade do Juízo”, publicada em 1790. Não me parece descabido deixar aqui algumas das reflexões feitas sobre este domínio do pensamento. Para Kant, o juízo estético de que algo é belo tem de ser fundado num sentimento de prazer resultante de uma determinada experiência. Kant defende também que os juízos estéticos não assentam na aplicação dos conceitos de perfeição, ou seja, de ideias formadas sobre modelos de perfeição com os quais os objectos sob juízo devem concordar. Uma rosa particular é bela, para Kant, não porque se parece com um ideal de forma existente para as rosas. Para ele, a beleza da rosa resulta directamente da sua aparência como item único e não por causa de conceitos ou valores prévios a que ela pode ser associada. Assim a apreciação da beleza é um acto subjectivo. Chamar belo a um objecto é descrevê-lo mas é também reagir a ele. Contudo a reacção não é meramente pessoal, como quando nos referimos a qualquer coisa de que gostamos particularmente. Ao declararmos um objecto belo, também queremos dizer que há qualquer coisa nele que fará com que outras pessoas também venham a gostar dele.

Saltando do valor da beleza para o valor da arte, Kant postula igualmente que classificar um objecto de “obra de arte” é não só descrevê-lo mas também avaliá-lo. Com esta posição e não admitindo Kant a existência de modelos estéticos de referência, fica pouco espaço para entender como podem, os autores e os artistas, produtores de obras de arte, criar os seus objectos estéticos. Dir-se-ia, pois, que a teoria estética de Kant tem o seu ponto de mira muito mais orientado para a natureza, ou vê nela um maior campo de realidades estéticas, do que em objectos de arte criados pela mão humana. O próprio Kant pergunta: «[...] Como explicar que a natureza tenha disseminado a beleza tão prodigamente por toda a parte, mesmo no fundo do oceano, onde só raramente chega o olho humano ? » (Kant, 1790/1998, p. 180)

Na estética Kantiana o espectador e o belo têm uma posição de destaque. Quanto ao artista, ele é visto como estando dotado da faculdade de representar, na arte, as ideias estéticas, porém arte e artista não são independentes da natureza, são instrumentos pelos quais ela se manifesta.

Insistindo no plano filosófico, debruçemo-nos agora sobre o pensamento do Filósofo Friedrich Hegel (1770 – 1831). Colocando-se numa posição distinta da de Kant, Hegel dedica o seu tratado “Estética”, (publicado, postumamente, em 1835), apenas ao belo artístico produzido pelo espírito humano. Logo na introdução, diz que, em seu entender, «Tudo o que provém do espírito é superior ao que existe na natureza». (Hegel, 1835/1993, p. 2)

Enquanto para o filósofo Kant, como vimos antes, a beleza da natureza desempenha um papel essencial, Hegel, pelo contrário, estabelece que o conceito de beleza se encontra no espírito humano. E, justifica a sua postura contra aqueles que sublinham o carácter intuitivo, afectivo, não racional, da experiência estética face à natureza, afirmando:

A superioridade do belo artístico provém da participação do espírito e, portanto, na verdade, se bem que aquilo que existe só exista pelo que lhe é superior, e só graças a esse superior é que é o que é e possui o que possui. Só o belo artístico é verdade. Só enquanto espiritualidade existe o que existe.

O belo natural é, assim, um reflexo do espírito, pois, só é belo enquanto participante do espírito, e dever-se-á conceber como um modo imperfeito do espírito, como um modo contido no espírito, como um modo privado de independência e subordinado ao espírito. (Hegel, 1835/1993, p. 3)

É, com efeito, um postulado bem diferente do de Kant e deixa grande campo de reflexão. Posso, por exemplo, interrogar-me sobre se, quando, com prazer estético, reparo nas pequenas e vertiginosas correntes de água do mar, rápida e caprichosamente cavadas na areia molhada da praia pelo refluxo da onda, e para os bordados de espuma branca que à sua volta se fazem e desfazem continuamente, o que estou a apreciar é um quadro de beleza natural que me prende a atenção e me dá gosto observar, por ser um quadro natural emocionante pelos seus próprios atributos, ou se, sem a elaboração do espírito, sem o impulso sensorial, tudo não se limitaria e deveria ficar pelo registo das propriedades da água em movimento, particularmente, a sua liquidez, mobilidade e a maneira como reflecte a luz — nada havendo, então, para admirar, mas apenas compreender.

Afinal o prazer estético não exigirá sempre o trabalho laboratorial do espírito, como postula Hegel? Pode ser que sim.

A filosofia de Hegel é de difícil compreensão e a sua filosofia da arte não o é menos. Hegel empreende uma filosofia do “Absoluto”, ou seja, um entendimento filosófico completo de tudo e é este “Absoluto” que determina, por fim, qual será o carácter conceptual da arte. E, este último passo, de acordo com Hegel, não é filosofia, pois, a aplicação do Ideal aos produtos reais daqueles que são considerados artistas, requer um juízo e não uma teorização filosófica.

A paisagem, o ambiente natural, independentemente do maior ou menor valor estético que se lhe atribua nos diferentes períodos históricos, exerce uma atracção inegável no ser humano. Não creio que esta atracção possa ser entendida fora das circunstâncias e do espaço em que a vida humana se move.

A área natural e as outras áreas onde o homem e as suas obras dominam a paisagem podem ser contrastantes, mas não são áreas conflituantes.

A construção, como artifício humano, seja um refúgio isolado ou um centro urbano, representa a marca da presença do homem e não pode deixar de harmonizar-se com a natureza. Não faz nenhum sentido a ideia de que o elemento natural e o elemento humano (que arrasta consigo a componente artificial) não sobrevivam em conjunto. E creio mesmo que uma das mais importantes funções da Arquitectura é precisamente fazer a ligação, unir o espaço natural à vida humana. Atendendo, é certo, às necessidades desta, mas respeitando a integridade do meio natural. É dentro deste espírito que o projecto foi concebido. O refúgio protege o visitante, facultando-lhe a possibilidade de habitar temporariamente uma zona em que ele se pode evadir da pressão quotidiana para contemplar a paisagem. O Parque oferece-lhe trechos de paisagem cativantes, enquanto o refúgio lhe assegura as comodidades mínimas exigíveis e tudo se conjuga com o menor impacto possível no meio ambiental.

V. O valor da paisagem como factor de atracção turística

Fala-se muitas vezes da indústria do turismo. Mas relativamente a outras formas de produção de bens é preciso ter em conta que o turismo não se reduz à produção de um serviço. Compreende, é certo, uma vasta variedade de serviços (hoteleiros, de restauração, de transportes, etc.), componentes estas bem identificáveis, mas, além destas, outras, bem menos tangíveis (paisagens, climas, expectativas de estados de espírito, etc.), têm forte influência na atracção de turistas.

A paisagem e o turismo

O passo seguinte deste processo, que tenho vindo a percorrer na apresentação dos meus argumentos a favor da tese que defendo, é, pois, verificar a histórica e crescente relação da paisagem com o turismo.

Atentemos, assim, no que sobre esta matéria nos diz Klaus-Meyer-Arendt, catedrático da Faculdade de Estudos Ambientais da Universidade da Flórida Ocidental, em Pensacola:

«Embora as raízes históricas do turismo possam ter a sua origem na atracção humana pelos fenómenos culturais (por exemplo, as Sete Maravilhas do Mundo e o Grand Tour), o ambiente natural tem sido “objecto de desejo” para os turistas ocidentais desde, pelo menos, o início da Revolução Industrial. Hoje, o ambiente natural engloba uma parte significativa da experiência turística. A exigência de experiências naturais, sejam elas na praia, nas montanhas ou na floresta tropical, levam turistas e operadores turísticos aos lugares mais recônditos da Terra. (Arendt, 2004, p. 475)

Reconhece este autor que o turismo baseado na natureza tem múltiplas origens mas que, provavelmente, as mais importantes foram o Romantismo, as tradições de frequentar as nascentes termais, a tradição da praia, o gosto da exploração, a caça e a pesca, a curiosidade sobre animais e a busca do clima

perfeito, tendo tudo isto contribuído para a expansão do turismo em cenários ambientais naturais. (Arendt, 2004, p.478)

Das palavras de Klaus Meyer Arendt retiro essencialmente a conclusão de que o ambiente natural inabitado e o valor das suas paisagens são presentemente um cartaz turístico muito atractivo. O chamado turismo de natureza adquiriu, pois, uma dimensão muito considerável e apresenta mesmo forte tendência de crescimento. Para todos os que procuram um escape no afã diário da vida nas cidades e procuram algo desconhecido, um simples período de isolamento e de reflexão, ou para os que se sentem atraídos pela experiência da exploração de novos horizontes, o “espectáculo da natureza” é tão valioso ou mais que qualquer outro espectáculo de lazer.

A atracção da praia

Klaus-Meyer Arendt afirma, em relação ao aparecimento da tradição de frequentar as praias, que tal atracção turística tem raízes na Europa romana clássica, embora a tradição moderna remonte mais directamente à tradição das nascentes. A talassoterapia, uma forma de hidroterapia com água salgada, era praticada pelos primeiros Romanos, e alguma urbanização costeira na Itália dos nossos dias parece remontar a esse período. Diz o autor que o moderno banho de mar terá tido origem em Scarborough, Inglaterra, cerca de 1700, onde uma nascente natural desaguava numa praia, perto da base de uma falésia (Stansfield, 1970). Alguns frequentadores das nascentes terão decidido desafiar o mar aberto e esta actividade depressa foi recomendada pelos médicos, que começaram a prescrever banhos de água salgada (assim como a sua ingestão e aspiração) como cura para uma série de doenças. O turismo costeiro popularizou-se, assim, rapidamente. Como acontecera com as nascentes, o recurso natural que atraía os turistas depressa foi modificado pelo desenvolvimento extensivo e o ambiente natural começou a desempenhar um papel quase subserviente em relação ao ambiente das estâncias balneares.



Fig.15 João Marques de Oliveira, *Praia de Banhos* – Póvoa do Varzim 1884.

Turismo balnear – praia do séc. XIX.

Fonte: <http://www.rtp.pt>, recuperado em 17, Janeiro, 2013.

Um outro autor, Robert Preston-White, professor na Universidade de Natal, em Durban, na África do Sul, e que investiga o turismo costeiro, diz-nos, no seu ensaio “*A praia como espaço sensorial*” (2004) o seguinte:

A praia é um lugar de forte magia. Como espaço material é uma fronteira onde a sugestão de forças celestiais é espalhada pelo fluxo e refluxo das marés, um lugar que não é terra nem mar, uma zona de incerteza, que ressoa com o barulho dos mares sempre em mudança, um cenário que é, por turnos, calmo tranquilo e suave ou agitado, desregulado e assustador. Como espaço cultural é uma terra de fronteira que permite tanto a diferença como a hibridez, enquanto facilita o impulso táctil de terra ou de mar, para revelar a muitos, mas não a todos, espaços das elevadas sensibilidades que são temporárias, pessoais e ilusórias — em resumo, espaços sensoriais. (pp.391-394)

O mesmo autor reconhece, porém, que a referida noção de limiar e as sensações proporcionadas não são extensivas a todos por igual. Por exemplo, face a uma estância balnear subdesenvolvida, demasiado cheia de gente, barulhenta e poluída, o visitante fica desapontado e frustrado, no seu esforço para encontrar o limiar sensorial que procura. Também presume que quem

está comprometido com as suas obrigações diárias, como salva-vidas, empregado da recolha de lixos, e agentes da ordem, não entendam a praia com o mesmo entusiasmo dos seus visitantes. Mesmo a existência destes profissionais pode ser um sinal de que a praia também, por vezes, é um lugar perigoso. Correntes imprevisíveis são uma ameaça para nadadores incipientes e onde acontecem os *tsunamis* e as tempestades, existe uma ameaça para toda a gente. Mas, em geral, a praia funciona como o mais forte antidepressivo da natureza. Põe-nos em movimento com o poder de uma droga. O ritmo das marés e mudança das margens, a reorientar o nosso sentido de espaço e de tempo, e o seu *cocktail* afrodisíaco de sol e água, incendeiam o nosso hedonismo adormecido.

No caso da Costa Vicentina, o ambiente paisagístico terrestre é um elemento que creio que funciona com idêntico potencial sugestão e de atracção turística, senão superior, ao que a praia exerce. Contudo, as suas praias, dadas as características geográficas e paisagísticas, não podem deixar de ser encarecidas. Sobretudo pela circunstância, que me parece ser uma vantagem, de as daquela região, pelo carácter singular da costa (a muitas delas não se tem acesso terrestre fácil ou mesmo não se tem acesso a não ser pelo mar), não serem muito procuradas pelo turismo de massa e de se poder deambular tranquilamente, ao longo da costa e pela beira-mar em passeios solitários.

Parece-me evidente que o gosto do passeio solitário pelo campo ou pelo areal à beira mar se cultiva sobre um certo sentido de independência e produz um sentimento de paz orgânica trazido pela possibilidade de alheamento momentâneo dos muitos constrangimentos da vida actual, muito centrada nas cidades e muito apertada no frenesim das multidões. Não é apenas a experiência de explorar o lugar, é também, embora disso não nos apercebamos bem, um modo de mudar o nosso “eu”, numa espécie de autocriação — uma escapada para um lugar onde sabemos que é possível sermos mais livremente “nós mesmos”. A plenitude vital autêntica encontra-se melhor no isolamento do caminhar solitário.

O turismo pós-moderno

O turismo também tem de ser abordado no quadro da modernidade e da sua evolução nas sociedades ocidentais. O progresso da modernidade está hoje a ser afectado pelo seu próprio sentido de instabilidade e inautenticidade. Sobre esta matéria, escreve Jarkko Saarinen, Professor de Geografia da Universidade de Oulu, na Finlândia, no seu ensaio “*Turismo e Representações Turísticas da Natureza*” (2004), o seguinte:

O processo de alienação que tem lugar nas sociedades industrializadas e cada vez mais pós-industrializadas é uma consequência da modernidade e, para fazer frente à alienação na vida quotidiana, as pessoas, nas férias e na qualidade de turistas, procuram a autenticidade e estruturas míticas. (p. 498)

Mais adiante, este autor, citando o Professor de paisagismo da Universidade da Califórnia, Dean MacCannell, afirma que os turistas estão simultaneamente à procura de criar ou recriar aquelas estruturas que a modernidade destruiu e fez desaparecer de praticamente toda a parte. E que a natureza é um “lugar” onde as pessoas pensam que ainda podem encontrar “autenticidade” e experiências “verdadeiras”, na medida em que o ambiente natural pode reflectir uma ligação passada entre as pessoas e a terra, uma ligação que parece ter desaparecido da vida urbana contemporânea. (p. 491).

Refere ainda o mesmo autor que o rápido desenvolvimento do turismo baseado na natureza ganhou expressão concreta em determinados locais no seio de cada país. Que na Finlândia, por exemplo, o número total de visitas aos parques nacionais quase terá triplicado durante a década de 1990. Considera também o Prof. Saarinen que, em boa verdade, a natureza é hoje universalmente considerada como uma fonte de prazer e que os ambientes naturais não são realidades estáticas, ou categorias incontestadas no âmbito do turismo, sendo, em vez disso, produtos em mutação contínua de determinadas combinações de relações sociais, políticas e económicas que são específicas no espaço e no tempo. Dessa perspectiva, as atracções da

natureza não estão “por aí” à espera de serem descobertas, vistas e admiradas: são construções nossas e dos outros. Aquilo que vemos e valorizamos especialmente nas paisagens naturais são projecções culturais criadas pelo turismo e pela modernização em geral. Na nossa era da modernidade, a natureza tornou-se um produto, uma marca registada, com certas qualidades ligadas a locais particulares que podem ser selvagens, virgens, panorâmicos, belos, rudes, etc.. Fica também patente a ideia de que a natureza é, de certo modo, uma construção social e um produto mutável nos processos de comercialização e representação do turismo.

Esta perspectiva do Professor Jarkko Saarinen afigura-se-me particularmente importante para mostrar as potencialidades do campo em que pretendo situar a proposta apresentada na dissertação. O turismo moderno é uma indústria baseada em ideias e para se desenvolver tem de produzir e usar representações socio-espaciais da natureza trabalhadas pelo *marketing*. Neste caso, um *marketing* dirigido, não a um turismo de massas, mas sim a um segmento restrito, com motivações muito específicas. A motivação específica a considerar é o gosto pela paisagem litoral dentro do Parque Natural — o capital precioso da Costa Vicentina.



Fig.16 Novas formas de turismo: observação de aves.

Fonte: <http://www.dn.pt>, recuperado em 7, Dezembro, 2012

O Professor Theano S. Terkenli, da Universidade de Lesvos, na Grécia, no seu ensaio “*Turismo e Paisagem*” (2004), sob a epígrafe, “*O lugar da paisagem na geografia do turismo*”, afirma que, com base no seu carácter imaginável e tangível, a paisagem constitui um meio geográfico da maior

importância na análise das relações desenvolvidas entre os turistas e os locais visitados. Que a sua fácil e pronta acessibilidade, bem como as suas propriedades de representação e de relação, fazem da paisagem um verdadeiro palco de representação e de recreio. Sem esquecer que a paisagem pode depender da evolução das modas, reconhece, contudo, que a natureza da relação do turismo, ou melhor, do turista com a paisagem visitada é complexa e tem de ser estabelecida à partida no foro pessoal de cada um. Na sua complexidade, é temporal e culturalmente contingente, representando percepções sociais e culturais específicas em determinados períodos históricos. Diz também este autor que, como objecto de investigação, a paisagem turística exige uma interpretação contextual e não pode ser separada das questões de posicionamento nem do seu contexto histórico e sociocultural e da sua relação com *um observador* concreto. (p. 381).

O contexto socio-cultural da zona onde se desenvolve o estudo é o de um território cujo tecido social apresenta uma população envelhecida, ligada fundamentalmente à terra, com poucos recursos humanos e em que a emigração (da população activa) é acentuada, não havendo na generalidade oferta de emprego, para além das actividades tradicionais. Os serviços gerados pelo turismo têm-se revelado quase como única alternativa de sobrevivência com um mínimo de dignidade, embora com carácter sazonal. O “*observador*”, para empregar o termo do Professor Terkenli, será, neste caso, visitante, que se espera venha a constituir um valor acrescentado nas possibilidades de desenvolvimento social e económico da região.

Ainda o Professor Terkenli, citando Michel de Montaigne, a quem atribui a qualidade de “pai” do turismo, insiste na estreita relação entre a paisagem e o turismo, esclarecendo que o motivo para viajar, pelo menos no tempo de Montaigne, seria essencialmente um motivo geográfico, intimamente ligado à procura de uma maior consciência de si mesmo; do próprio “*observador*”. (p. 387).

Esta relação paisagem/observador, conforme ensaiada e representada em paisagens turísticas, é cada vez mais explorada no contexto dos estudos turísticos; por exemplo, na análise de aspectos de destinos turísticos tidos como paisagens culturais. Além disso, a conexão entre paisagem e turismo alarga-se ao prazer procurado na experiência, uma componente do turismo que se tornou muito mais central e predominante em formas de turismo do século XX.

Por sua vez, George Hughes, docente sénior em Geografia na Faculdade de Geo-Ciências da Universidade de Edimburgo, no Reino Unido, no seu ensaio *“Turismo, Sustentabilidade e Teoria Social”* (2004), enfatiza o modo como, no último quartel do século XX, as áreas centrais industrializadas da Europa Ocidental e da América do Norte, sofreram modificações significativas, sumariamente descritas pelo termo desindustrialização. Esta mudança revelou-se não apenas económica, mas também social e cultural. A destruição de categorias ocupacionais semiqualficadas e não qualificadas, sob a tripla pressão da automação, da realocação da produção e da expansão contemporânea do emprego para o sector dos serviços, coincidiram com, e contribuíram para, transformações em estruturas institucionais, incluindo as de classe, família, género e nação. As economias ocidentais estiveram em transição dos modos de produção industrial (ou fordista) para pós-industrial (ou pós-fordista), com alegações associadas de que as suas estruturas socioculturais também estiveram em transição de modernas para pós-modernas. Daí, sustenta este autor, que o crescimento de novas formas de turismo pode ser explicado pela composição em mudança dos consumidores, que passam a ser cada vez mais formadas pelas novas classes médias em expansão, empregadas na economia de serviços pós-industrial. (Hughes, 2004, pp. 558-559).

O quadro descrito por este autor corresponde efectivamente a um período de significativo crescimento económico registado pelas economias ocidentais. Porém, é inegável que face ao fenómeno da globalização se tem vindo a registar um abrandamento, estagnação ou mesmo depressão

económica de muitas das economias ditas desenvolvidas do mundo ocidental, levantando-se hoje muitas interrogações sobre o futuro do capitalismo de consumo. A questão que se coloca agora é a de saber em que medida esta nova situação terá reflexos nos fluxos turísticos. De todo o modo, julgo que o segmento turístico menos afectado será precisamente o que está em foco no presente projecto.

Em geral, as ideias expressas nos textos citados estão em linha com uma das premissas colocadas na tese, precisamente a premissa que valoriza a paisagem natural como importante factor de atracção turístico, sendo inclusivamente de assinalar que o último autor citado prevê mesmo o gradual esgotamento do turismo de férias de massa, em favor de novas práticas de férias mais individualizadas.

VI. O Segmento turístico motivado para procurar a natureza

Como já se referiu, durante a última metade do século XX, as economias ocidentais experimentaram uma significativa e alargada transição do modo de produção industrial para o pós-industrial. Paralelamente, as suas estruturas socioculturais também registaram transições da modernidade para a pós-modernidade. As perspectivas que valorizavam o aspecto material do espaço deram lugar a enfoques que põem a ênfase no carácter sociocultural e simbólico da paisagem, procurando as qualidades especiais do “lugar”. Não é, pois, de estranhar o aparecimento de transformações e novas expectativas nas escolhas dos destinos turísticos em certos sectores.

A crise económica que presentemente afecta o nosso país e outros países Europeus, que não será, infelizmente, passageira pode apontar para uma diminuição dos fluxos turísticos de massas. Contudo, como atrás se preconizou, o segmento motivado para procurar a natureza, e que é o que interessa considerar no âmbito de presente trabalho, abrangendo um tipo de turistas que procura espaços de interface cultura/natureza e onde a qualidade do influxo sensorial de determinados espaços é determinante, talvez não seja dos mais atingidos pela crise e possa mesmo crescer apesar dela. É, com efeito, um segmento menor e que se diferencia do típico mercado de férias massificado. São turistas com consciência ambiental que procuram a autenticidade, a novidade, a espontaneidade e a aventura e estão interessados em contactar com novos ambientes naturais e novas culturas. Neste quadro, aparece a componente do designado “ecoturismo”, que define o objectivo turístico como uma experiência de viagem pela natureza, cuidando de não perturbar e conservar os ecossistemas. É, por regra, um turista culto, bem informado das características do destino que procura e associa o viajar à descoberta do meio natural e à aprendizagem sobre segredos da natureza selvagem, familiarizando-se com os seus ritmos e retirando daí um deleite espiritual e estético difícil de encontrar noutras circunstâncias. Respeita, ao mesmo tempo, a integridade das comunidades locais.

Há mesmo analistas, como George Hughes, que se referem a uma outra categoria de turistas e «[...]explicam a atracção da natureza, para um subgrupo de novos turistas, a quem designam de “egoturistas”, como uma competição pela singularidade pessoal.» Para Hughes, «Em lugar de uma preocupação solidamente estabelecida pelo ambiente, os “egoturistas” procuram estilos de turismo que reflitam o “carácter alternativo” do seu estilo de vida.» E acrescenta, «[...] A retórica ambiental é utilizada pelos “egoturistas” para alegar o fundamento altamente moral e para obscurecer a sua participação na exploração dos destinos que visitam. Aqui, o interesse ambiental é usado como um mecanismo de diferenciação estrutural para afirmar a superioridade cultural de uma fracção de classe [...] A individualidade é afirmada [...] com o propósito de reafirmar a superioridade de uma posição e estatuto de classe», (Hughes, 2004, p. 563)

Sejam quais forem as suas motivações, do ponto de vista que interessa à defesa da tese que sustento, creio não existirem dúvidas sobre a existência de um segmento turístico importante para viabilizar a solução que proponho, ou seja, creio haver um significativo sector interessado em experiências de contacto directo com a natureza.

No mesmo sentido concorrem as conclusões de Mário Baptista que, no seu livro *Turismo – Competitividade sustentável*, (1997) afirma o seguinte: «Como tem sido salientado em várias oportunidades, o ambiente natural e o património cultural constituem factores importantes como componentes da oferta primária ou original de crescente relevância nas motivações da procura e na resposta da oferta », (p. 495).

De acordo com Mário Baptista a compreensão do significado da oferta primária ou original, isto é, dos factores físicos e culturais para a actividade turística, é mais fácil quando encarada como parâmetro de localização e caracterização da oferta derivada ou construída, pois, entre esses factores, na óptica da atracção da procura, contam-se sol, praia, clima, trechos paisagísticos, monumentos históricos, sabores locais, etc.. Porém, neste

domínio, pode retirar-se a seguinte conclusão: de todos os factores que influenciam a localização das actividades turísticas, o mais importante é o elemento físico.

Entre os factores de atracção naturais realçam-se as áreas protegidas. A este respeito, refere o autor, aqueles a que designa de os “elitistas”, que procuram o silêncio, a solidão, o carácter selvagem e autêntico do meio natural, como “amigos da natureza”, que se auto excluem de certas regiões pelo peso do turismo de massa e vão procurar nos Parques Naturais uma certa liberdade e bem-estar já quase inacessível, mas não dispensam acesso motorizado, e equipamentos hoteleiros e de restauração com uma certa qualidade.

Trata-se, portanto, de proporcionar aos turistas motivados pela natureza, conhecedores e portadores de uma atitude cultural, e que exigem estruturas de apoio adequadamente concebidas e localizadas, bem como atracções complementares que traduzam a oferta representativa da região.

Proveniência Rubrica	Espanha	Reino Unido	Alemanha	França	Brasil	Holanda	Irlanda
Nº de hóspedes	1.375.800	1.111.200	728.800	574.800	373.800	351.600	170.200
Varição 2010/2011	+ 0,8%	+ 11,7%	+ 1,6%	+ 15,7%	+ 22,6%	+ 10,8%	+ 4,1%
Despesas em Portugal (milhões de euros)	1.112,5	1.385,1	766,8	1.323,4	336,8	318,9	178,7
Peso no total das despesas em Portugal	13%	18%	10%	17,8%	4,7%	4%	2,2%

Tabela 4 Quadro estatístico do movimento turístico em Portugal, anos 2010-2011
Origem, contributo e interesses dos turistas estrangeiros que mais visitam Portugal
Fonte: Jornal Público, suplemento de economia de 22 Maio 2012

Os dados da Tabela 4, apresentada, constam de um estudo do Turismo de Portugal, realizado em Março de 2012, a partir de entrevistas feitas a turistas de nacionalidades diferentes (Espanha, Reino Unido, Alemanha, França, Brasil, Holanda e Irlanda). Trata-se dos principais mercados emissores

de turistas, apenas ficando de fora a Itália, os EUA e a Bélgica para completar o ranking dos dez países que mais hóspedes geram no turismo nacional.

De acordo com o estudo, apesar das diferenças entre eles, há um traço comum no perfil destes turistas: escolhem o destino Portugal especialmente por causa do clima e da paisagem. Os irlandeses são, por exemplo, os que mais têm em conta este factor — segundo o inquérito, 77% admitem que estes elementos pesaram na escolha. O mesmo acontecendo com a grande maioria dos holandeses (76%). Apenas em dois casos outros critérios têm maior influência: para os espanhóis, o preço da viagem, designadamente o aproveitamento de campanhas promocionais vantajosas em termos económicos (52%); para os brasileiros, sugestões de familiares e de amigos (63%).

Porém, antes do momento de encararem os prós e contras da opção por Portugal, os turistas foram perguntados sobre o modo como haviam chegado a tal ideia. As respostas mostram o seguinte: conversas com turistas que já se haviam deslocado ao território nacional representam 25%; um terço refere que encontrou informações na Internet; sugestões de agências de viagens aparecem a seguir (17%); e, nas últimas posições, campanhas de publicidade (2%) e notícias ou filmes promocionais relativos a Portugal (1%).

Este estudo, que vai na terceira edição, revela também que, na maioria, os turistas deixam o país satisfeitos com a escolha feita. A grande parte dos inquiridos (88%) faz um balanço muito positivo das férias em Portugal, sendo que 40% dizem mesmo que ficaram acima das expectativas. Por isso, 87% ponderam voltar e, dentre estes, 42% asseguram que o farão “de certeza”. Há, porém, uma franja, embora pequena, que não partilha a mesma opinião. Da amostra, composta por 600 visitantes, 1% ficou desiludido com o que encontrou e 135 referiram que provavelmente não regressarão ao país.

Entre os pontos que geraram mais satisfação, encontram-se as paisagens (92%), as praias (91%) e a simpatia da população local (87%). Por

outro lado, o custo de vida e a qualidade dos cuidados de saúde não agradam a cerca de metade dos inquiridos. Também a informação turística e a preservação ambiental ficaram abaixo das expectativas.

VII. Sustentabilidade, ética do ambiente e materiais

No presente capítulo procurarei tratar a questão da sustentabilidade ambiental equacionando primeiramente a problemática geral e o conceito de desenvolvimento sustentável. A ideia é fornecer o pano de fundo do quadro mais restrito em que se coloca o presente estudo, ou seja, a instalação de uma habitação-refúgio (a título temporário) no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina — uma zona ecologicamente protegida — o que requer particulares cuidados ambientais. Seguidamente farei uma reflexão sobre a ética do ambiente, traduzindo as preocupações que sobre esta matéria atravessam o estudo desde o primeiro momento. Finalmente, justificarei a opção feita quanto aos principais materiais utilizados na construção do refúgio — a madeira e a cortiça.

Sustentabilidade ambiental

O Professor Alan Holland, da Lancaster University, no Reino Unido, abre o seu ensaio sobre a problemática da sustentabilidade com as seguintes palavras:

O século vinte assistiu a uma alteração sem precedentes, que em grande parte foi o resultado cumulativo e não intencional da actividade económica humana. Na opinião de muitos, esta alteração — envolvendo a exaustão de recursos naturais e de sumidouros, extensa poluição e impactes sem precedentes sobre o clima, formas de vida e sistemas de suporte da vida — está a minar as condições necessárias para a continuação da actividade económica. Numa palavra, os padrões actuais de actividade económica são julgados como sendo “insustentáveis”. [...] Uma resposta inicial foi sugerir que a sociedade teria de abandonar a tentativa de melhorar a condição da humanidade através do crescimento económico e aceitar, em vez disso, um crescimento zero. (Holland, 2004 em Jamieson, 2005, p. 401)

É evidente, prossegue o referido autor, que a resposta foi naturalmente mal recebida, tanto pelos dirigentes políticos desejosos de garantir aos seus votantes melhores tempos vindouros, como pelas empresas desejosas de

continuar a competir nos negócios. Além disso, a sua lógica levanta várias questões. Porque mesmo que aceitemos que o crescimento económico foi a causa principal da degradação ambiental, não decorre daí que abandonar o crescimento seja o remédio. Se o crescimento zero levasse à guerra global, por exemplo, haveria degradação ambiental e crescimento zero simultaneamente. E é de admitir, diz o mesmo autor, que o desenvolvimento da tecnologia genética apoie a esperança, pelo menos, de que possamos suprir as necessidades humanas com impacte decrescente no ambiente natural e até inverter parte da degradação que já ocorreu.

Esta é, sucintamente, a esperança alimentada pela ideia de “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável”, o qual pode ser sumariamente definido como o tipo de desenvolvimento que não acarreta consequências prejudiciais para o desenvolvimento posterior. A origem da ideia é comumente datada de um relatório produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza em 1980. (Holland, 2004 em Jamieson, 2005, p. 401)

A componente estética que entra na avaliação das paisagens não deve fazer esquecer que uma paisagem é, antes de tudo, o palco de relações ecossistémicas entre fauna, flora e seres humanos, e é também hidrologia, solos, geografia, clima, etc..

Por outro lado, a paisagem não é uma realidade estática. Pode alterar-se por via dos seus próprios ritmos ou por intervenção estranha (do homem, por exemplo). A modificação da paisagem tem, assim, a montante, muitas causas e, a jusante, muitas consequências, para além da mudança do seu aspecto visual. A simples preparação de terras para cultivo agrícola (a chamada desmatação), implicando necessariamente destruição do revestimento arbustivo, por exemplo, pode ter (e muitas vezes tem) como consequência o desaparecimento dos pássaros predadores dos insectos que procuram o pólen das pequenas flores dos arbustos, e tal consequência pode mesmo ir mais além e introduzir no clima local geadas até então inexistentes,

em resultado da desprotecção provocada pela falta do coberto arbustivo. O atravessamento de uma floresta por uma nova estrada pode alterar o escoamento natural das águas. A drenagem de terras húmidas, para melhoria das culturas, pode afectar os lençóis freáticos e com essas perturbações pode modificar-se toda a rede de pequenos cursos de água e, em seguida, toda a vegetação que deles depende. E muitos outros exemplos deste tipo poderiam ser referidos. Dado que os benefícios e perdas em que se traduzem todas estas modificações, penalizando sem dúvida um certo número de indivíduos, trazem vantagens a muitos outros, a única forma de conciliar as distintas categorias de interesses em conflito é encontrar compromissos. Os valores económicos, hoje dominantes, não são, por si sós, suficientes para suportar os indispensáveis equilíbrios biológicos, ecológicos e socioculturais. A economia não pode continuar a ser o único nem sequer o principal quadro de referência dos decisores. Sabemos que o dinheiro não costuma consentir nada de novo sob a sua tirania, mas as coisas têm de mudar. E há indícios de que estão a mudar. A inércia das organizações económicas e políticas começa a ceder sob a pressão de uma cada vez maior e mais alargada consciência ecológica.

Ética do ambiente

Todos os que valorizam o mundo natural por si próprio, e não apenas como um recurso disponível que deve ser utilizado sem limites, podem, a meu ver, ser incluídos na conta dos ecologistas. A questão está depois em saber qual o grau de comprometimento de cada um, com que atitude se situa entre os dois extremos do espectro de comportamento possível, que vai do mais antropocêntrico até ao ecocêntrico mais radical, ou seja, mais próximo do utilitarismo absoluto ou do conservacionismo intransigente. Pelo que me toca, coloco-me numa posição intermédia. Creio que só aprofundando a nossa ligação ao meio natural e, ao mesmo tempo, trazendo a vida natural de volta ao meio urbano, poderemos resolver este magno problema. Não é sustentável uma noção de natureza que não esteja articulada com o desenvolvimento urbano. A cidade será a grande fronteira ecológica a atravessar (a resolver) no

actual milénio. Podemos e devemos habitar cuidadosamente a natureza, respeitar a sua integridade e apreciar o seu valor e, em simultâneo, podemos e devemos permitir que a natureza se infiltre na cidade. Este é fundamentalmente o espírito de que está imbuída a presente dissertação.

A sustentabilidade e a utilização da cortiça e da madeira

No presente projecto a cortiça e a madeira foram os materiais escolhidos para a construção. E foram-no, não só por critérios de ordem estética, nem apenas por se tratar de materiais orgânicos relacionados com o meio natural, mas precisamente por critérios que se integram numa lógica mais ampla de sustentabilidade. Poderá, à primeira vista, parecer ao cidadão menos familiarizado com estas questões, que o consumo de madeira, implicando matéria-prima provinda da floresta, estará a contribuir para a desflorestação e consequentemente para a degradação do ambiente global. É uma ideia corrente mas errada. Na realidade, ao contrário do que se pensa, a exploração e utilização de madeira, desde que respeite técnicas racionais, não é causa de desflorestação. Esta está sim relacionada com a agricultura extensiva, com a ocupação urbana desordenada ou com a destruição causada pelos incêndios. A indústria florestal, quando sustentada, (e está hoje a sê-lo, não só, em função de critérios ecológicos mas também económicos), não é causadora de desflorestação, uma vez que deve obedecer a regras de constante renovação da floresta. O abate das árvores até é ambientalmente benéfico porque as árvores jovens retêm maior quantidade de CO₂. A Suécia, por exemplo, que já respeita as boas práticas neste domínio, desde o início do século XX, duplicando a plantação de espécimes relativamente ao número de abates feitos, chegou, em 1997, a um armazenamento de 32 milhões de toneladas de CO₂ retido, comparando com o ponto de partida desta política — além dos ganhos de património florestal que obteve. O Canadá é outro país que segue o mesmo caminho. Verifica-se assim que a renovabilidade da floresta, consubstanciada na possibilidade de viabilização técnico-económica da produção sustentada das florestas, contraria os argumentos ecológicos que se opõem à sua utilização. (Gonçalves, 2007 p.104)

Ainda neste contexto, julgo merecedora de ponderação a advertência seguinte, do arquitecto Murcutt (2003), citada pelo Professor arquitecto Décio Gonçalves, da Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, na sua tese de doutoramento, e que refere:

«Nós estamos caminhando para um ponto, dentro de vinte e cinco anos, onde tudo o que projectamos, terá de ser pensado em termos do seu impacto sobre o ambiente. Necessita-se de 1 Kilojoule para produzir 1 Kg. de madeira serrada e de 5 Kilojoules para 1 Kg. de madeira trabalhada (como, por exemplo, uma cadeira). Necessita-se de 42 Kilojoules para produzir 1 Kg. de aço e de 140 Kilojoules para produzir 1 Kg. de alumínio.» (Gonçalves, 2007 p.242)

A escolha da cortiça e do pinho nórdico, como materiais a utilizar, teve justamente em estes aspectos e, por isso, será exigida para estes materiais a certificação FSC ou PEFC. ¹

¹ FSC (Florest Stewardship Council) e PEFC (Programa para o reconhecimento de certificação florestal), são organizações, não governamentais, internacionais, que estão em condições de certificar que certos produtos florestais têm origem em explorações com gestão florestal sustentada.

VIII. Arquitectura modular e processos construtivos

O termo módulo, cuja raiz latina é “*modūlu*” (medida, harmonia), define-se como “medida que regula as proporções das partes de um edifício ou de qualquer peça arquitectónica”, como também pode significar “unidade ou peça autónoma que pode ser combinada com outras para formar um todo”². Esta unidade construtiva pode-se repetir e associada com outras unidades iguais, ou recombinada com outras diferentes formam um conjunto arquitectónico. Nesse agrupamento de unidades está imbricada uma ordem e funcionalidade globais.

A arquitectura modular recorre, portanto, a um sistema construtivo que tem por base a composição em módulos, com alguma ou nenhuma diferenciação entre si e com um considerável grau de repetição, tendo em vista a redução de custos através da produção em série. Há, pois, pressupostos de cópia, de repetição e de pré-fabricação no conceito modular.

A arquitectura modular considera dois tipos de processo construtivo: (1) a produção de elementos “standard” que podem ser combinados de várias formas de maneira a atingir diferentes configurações, inclusive em momentos distintos; (2) a construção de componentes, produzidos integralmente na fábrica, que devem ser transportados para erguer no terreno um só tipo de casa ou um tipo de casa cujos componentes consentem um número limitado de variações. Esta última modalidade foi a utilizada no presente caso de estudo.

O processo a que se recorre para a construção não tem por fim o fabrico em massa, que esteve, historicamente, na origem deste tipo de construção. A pré-fabricação, no caso vertente, visa, somente, evitar trabalhos no local de implantação e facilitar a montagem e desmontagem, por motivos que têm a ver exclusivamente com a preservação do lugar a que se destina a habitação. Contudo, julgo que cabe nesta investigação deixar uma referência, ainda que sucinta, à história da casa pré-fabricada.

² Definição do Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 2013.

Foi significativa a contribuição dada, para a construção industrializada com componentes pré-fabricados, pelos arquitectos modernos, principalmente Le Corbusier (1887 – 1965) e Walter Gropius (1883 – 1969), sobretudo entre 1920 e 1930, período de intensa produção habitacional. O processo construtivo então defendido por estes arquitectos previa a industrialização das partes mas não do todo. Deste modo se evitaria, no seu entender, a repetição maciça de unidades, abrindo espaço à variedade e à escolha individual.

Le Corbusier que transportou para a arquitectura as preocupações ligadas às realidades da sociedade industrial do século XX. Le Corbusier fez, em determinadas circunstâncias e para fins muito precisos, a defesa da casa pré-fabricada que, produzida em série, seguia o princípio utilizado por Henry Ford no início do século XX, na construção em série de automóveis.



Fig.17 *Unidade habitacional de Marselha*, do Arquitecto Le Corbusier, 1947-52).

Fonte: <http://safe.tumblr.com>, recuperado em 3, Novembro, 2012

O edifício apresentado na figura 17 está construído sobre pilotis e possui planta livre da estrutura, Corbusier aplica aqui, pela primeira vez, o “modulor” (um sistema de relações métricas baseado na distância dos membros do corpo humano de um indivíduo “universal”), estabelecendo todas as medidas importantes do projecto como múltiplos do “modulor”.

Walter Gropius, outro pioneiro da arquitectura moderna, fundador e diretor (entre 1919-1928) da Bauhaus, também se interessou pela produção de habitações pré-fabricadas, as quais deveriam ser economicamente mais acessíveis e deveriam preencher os requisitos requeridos pelos habitantes a que se destinavam. Exemplo dessa produção é *House am Horn* de 1923 que se apresenta na fig, 18 (<http://lafabrica-serialproduction.blogspot.pt>, recuperado em 3, Novembro, 2012).



Fig.18 *House am Horn*, 1923 (pré-fabricada), concebida pelo Arquitecto Walter Gropius.

Além das referidas experiências, são ainda de salientar as iniciativas de Jean Prouvé, (1901-1984) designadamente, “*As casas para os trópicos*” nas ex-colónias francesas Nigéria e Congo. (NUNES, T.A.V. 2010, p.48)



Fig.19 Maquete de uma *casa para os trópicos* do arquitecto Jean Prouvé, 1951.
Fonte: <http://projectos-arquitectos.blogspot.pt>, recuperado em 3, Novembro, 2012

A construção pré-fabricada do tipo “*Ballon Frame*” consiste na fabricação de uma estrutura completa em madeira, semelhante a uma gaiola, pronta para ser instalada no local onde por sua vez serão aplicados os revestimentos.



Fig.20 Maquete da estrutura de construção pré-fabricada do tipo *Ballon Frame*.
Fonte: <http://www.mantiquesmodern.com>, recuperado em 15, Novembro, 2012

A construção pré-fabricada do tipo “*Packaged House*” consiste na produção planeada de peças, geralmente em madeira, destinadas a uma posterior montagem. Esta modalidade de construção adapta-se à produção em série de baixo custo e caracteriza-se pela grande facilidade de transporte das peças unitárias. Esta modalidade de construção é a que mais se aproxima do processo construtivo preconizado na presente dissertação.



Fig.21 Maquete da estrutura de construção pré-fabricada do tipo *Packaged House*.
Fonte: <http://www.stylepark.com>, recuperado em 15, Novembro, 2012



Fig.22 Maquete virtual de uma casa tradicional Japonesa.

Fonte: <http://papermau.blogspot.pt>, recuperado em 11, Dezembro, 2012

Em grande parte, a arquitectura modular ocidental melhor sucedida inspirou-se nos modelos japoneses, como por exemplo: Frank Lloyd Wright e Mies Van der Rohe.

Há, no Japão uma tradição (que data do século VII d.C.) de construção modular em madeira e papel, todavia diz essencialmente respeito à disposição do espaço interior da habitação. O conceito de espaço na cultura japonesa está associado à palavra “ma” e tanto pode significar, na música, o lapso de silêncio entre duas notas musicais como, na arquitectura, o espaço medido entre dois elementos estruturais verticais. Em termos dimensionais, “ma” torna-se o elemento fundamental da construção modular no Japão, equivalendo a 1,80 m.. Quando “ma” não se refere somente à largura, mas também à altura, resulta o produto de 1,80 x 1,80 m., ou seja, 3,24 m²., passando a denominar-se “tsubo”, cuja área é igual a dois “tatamis”.



Fig.23 *Casa farnsworth*, 1951, (pré-fabricada) do Arquitecto Mies Van der Rohe.
Fonte <http://www.arquitetonico.ufsc.br>, recuperado em 3, Novembro, 2012

A casa *farnsworth*, ou “casa de vidro” (1951) do Arquitecto Mies Van der Rohe (1886 – 1969) foi construída por encomenda da Dr^a Edith Farnsworth, em Illinois, (Chicago), nas proximidades de um rio, como residência destinada a passar os fins de semana. É uma construção com estrutura de aço e paredes de vidro. Saltam à vista, como elementos essenciais, as linhas rectas, a horizontalidade, a ausência de ornamentos, a simplicidade e a elegância. A inexistência de divisórias, à excepção da casa de banho (a única parte fechada da casa), traduz o despojamento modernista e permite uma grande versatilidade de usos. O piso, de planta rectangular, está sobrelevado em palafita de aço. A cor branca que foi escolhida para a pintura das estruturas vinca as cores da natureza envolvente. Os painéis de vidro integram o ambiente interno da casa com o meio exterior. Há nesta habitação uma harmonia de proporções e uma disposição dos espaços que a aproxima da arquitectura tradicional japonesa.



Fig.24 *Casa Herbert Jacobs*, 1936, (pré-fabricada) do Arquitecto Frank Lloyd Wright.

Fonte: <http://studio-render.com>, recuperado em 3, Novembro, 2012

A “Casa de Herbert Jacobs”, datada de 1936 situada em Madison, Wisconsin, da autoria do Arquitecto Frank Lloyd Wright (1867 – 1959), está construída sobre uma planta em L e recorre a materiais de origem natural, principalmente madeira e tijolo. A cobertura é em aço e nas paredes a madeira combina com o vidro. O centro da casa é uma área de trabalho, construída em torno de uma grande lareira. A maioria das divisões dispõe de portas para o exterior. Também nesta habitação pode notar-se a influência da estrutura modular da arquitectura japonesa.

Os exemplos apontados, que evidenciam a importância do módulo em arquitectura, como recurso valioso na ordenação racional do espaço e na obtenção da harmonia, foram tidos em conta no desenvolvimento do projecto de que trata a presente dissertação.

IX. A pré-fabricação da habitação refúgio para eco-resorts

Os exemplos estudados no presente capítulo pertencem a “resorts” de férias. Trata-se, portanto, de segundas residências para ocupação temporária, com tipologias muito simples.

— A solução Bungalow Green, (2011) lançada pela SIT Modular Solutions, e concebida pelo atelier GvMAA.-Habitação “low cost”, recorre a módulos de cimento, construídos em fábrica, transportáveis e ampliáveis mecê de combinações justapostas.



Fig.25 Bungalow Green, SIT Modular Solutions. (2011 GvMAA atelier)

De acordo com a informação disponibilizada pelo site SIT Modular Solutions (<http://www.sitmodular.com>, recuperado em 15, agosto, 2012), são comercializados dois módulos: (1) o Green 6.3, cuja área é de 18 m², inclui WC completo, pré-instalação de ar condicionado e termo acumulador; (2) o Green 8.4, cuja área é de 32 m², acrescenta aos equipamentos anteriores, pré-instalações de cozinha. Destaca-se pela simplicidade, funcionalidade e preço competitivo (desde 11.500€).

Os inconvenientes desta solução estão na utilização do betão, a meu ver, contra indicado para implantação em parques naturais e também devido às dificuldades levantadas pelo transporte das unidades habitacionais, a exigir veículos transportadores de grande porte e adequadas vias.

Arquitectonicamente, os módulos apresentam uma volumetria simples: são cubos e, tal como se mostram na figura, lembram dados de jogar. A face que serve de fachada principal tem um efeito de fractura vertical de dois panos de parede, assemelhando-se às portas de correr.

Tal como se encontram dispostos na figura, unidades isoladas, alinhadas com o passeio a idênticas distâncias, traduzem num ritmo monótono. Creio que seria possível, com outra disposição no terreno, anular esta sensação e conferir-lhes mais dinamismo na sua relação espacial entre volumes.

— A solução *modular system* (1ª fase lançada em 2011), tem sido desenvolvida por Eco Resort & Residences Pestana Troia, na Reserva Natural do Estuário de Sado e na Reserva Botânica das Dunas de Tróia, perto de Setúbal. Esta solução mostra o resultado de quatro anos de pesquisa sobre tipologias de habitação modular e sobre as possibilidades construtivas da madeira, dos arquitectos Alexandre Teixeira da Silva e Miguel Ribeiro de Sousa, da oficina Arquiporto. Estes arquitectos elaboraram um sistema modular de casas em madeira que pode configurar soluções diferenciadas e personalizadas de acordo com o perfil dos clientes (<http://www.pestanatroia.com/tipologias/townhouses>, recuperado em 15, agosto, 2012). Esta solução tem um impacto ambiental reduzido dada a utilização de materiais de origem orgânica e naturalmente mais adaptados ao meio.



Fig.26, Alexandre Teixeira e Miguel Ribeiro Arquitectos. Eco Resort & Residences

Embora tenha na base de construção um sistema modular, cada projecto é pensado especificamente para cada cliente e não está prevista a deslocalização das habitações. Trata-se portanto de uma lógica de utilização distinta da presente dissertação. Ainda assim, esta solução é a que mais se aproxima do presente caso de estudo, podendo ser concretizada em certas zonas naturais protegidas sem significar um impacto ambiental incomportável. A maior desvantagem deste sistema modular encontra-se na carência de infraestruturas próprias e, por isso, exigirem apoios cujos danos no ambiente são difíceis de controlar.

As habitações-refúgio Eco Resort & Residences, Pestana Tróia apresentam uma certa harmonia compositiva e diversidade espacial: o ripado vertical, a inclinação variada dos tectos (num dos corpos é plana, no outro é oblíqua) e a abertura do espaço central da fachada principal, tudo lhe confere uma certa leveza. Se os anteriores cubos pecavam pela monotonia, esta composição talvez exagere na dispersão, comprometendo, de certo modo, o sentido da unidade.

O campo de férias ZMAR, situado em Zambujeira do Mar, no concelho de Odemira, cujo projecto de arquitectura é da autoria de arquitecta Aida Correia e que foi concretizado entre 2008 e 2009 está concebido para se integrar no cenário natural, com preocupações ecológicas. (<http://www.zmar.eu/pt>, recuperado em 15, agosto, 2012). Nas habitações-refugio emprega materiais de reduzido impacto ambiental. Todavia, a filosofia que está nele presente é a de um típico “resort”, implantado a título definitivo, o que difere inteiramente da proposta que apresento nesta dissertação.



Fig. 27 Arquitecta Aida Correia, ZMAR, Campo Resort & Spa Odemira, 2008.

Zvilla	Zchalet	Zchalet Adaptado	Zmóvel
			
Com um alpendre para poder relaxar e apreciar a paisagem do Zmar!	Um alojamento perfeito para um fim-de-semana em família.	O conforto do Zchalet, ideal para pessoas com mobilidade reduzida.	Desfrute a dois o melhor que a Natureza tem para lhe oferecer.
Área: 40 m ² Capacidade: 6 pessoas	Área: 32 m ² Capacidade: 6 pessoas	Área: 32 m ² Capacidade: 4 pessoas	Área: 20 m ² Capacidade: 2 pessoas
Quartos: 2 - 1 Cama de Casal - 2 Beliches	Quartos: 2 - 1 Cama de Casal - 2 Beliches	Quartos: 2 - 1 Cama de Casal - 1 Beliche	Quartos: 1 - 1 Cama de Casal + 1 sofá cama* ou - 2 Camas Single + 1 sofá cama* * para 1 criança até aos 10 anos
Equipamentos Extra: - Torradeira - Secador de Cabelo			

Fig. 28 Arquitecta Aida Correia, ZMAR, Campo Resort & Spa Odemira, 2008..

As unidades habitacionais do Campo de férias ZMAR são formalmente constituídas por formas paralelepípedicas assentes em palafitas. Os corpos longitudinais terminam em varandins abertos ou com cobertura. As pranchas de madeira, horizontalmente dispostas, acentuam a dimensão do comprimento e fazem lembrar carruagens de via férrea, arrumadas lado a lado. A disposição das unidades habitacionais não propicia a comunicação e a sociabilidade da comunidade de utilizadores. Neste, como noutros casos, a arquitectura e a sua

disposição no terreno devem contribuir para a aproximação comunitária — o que não acontece aqui.

O sistema modular para a habitação refúgio de Furnas Lake Villas, em São Miguel projectado pelos arquitectos Luis Almeida e Sousa e Fernando Jorge Monteiro no ano de 2004. Esta solução tem como premissa principal a integração equilibrada com a natureza envolvente. Trata-se de casas inspiradas na forma dos graneleiros, típicos contentores de cereais da região dos Açores. É, na realidade, um espaço convidativo, inserido numa propriedade de grande dimensão, localizada no coração de São Miguel. Uma vasta área de jardim rodeia um espaço com dez modernos apartamentos, situados a poucos metros da famosa Lagoa das Furnas. (<http://www.furnaslakevillas.pt>, recuperado em 15, agosto, 2012).

Há uma preocupação de integração na natureza, a utilização da madeira e o desenho exterior minimalista sugerem-no. As estruturas metálicas inclinadas que permitem o acesso às células habitacionais surgem, aos meus olhos, como uma nota discordante. O arranjo dos corpos que servem de unidades habitacionais afigura-se-me demasiado alinhado no sentido longitudinal. Pela minha parte, teria procurado outra composição que não carregasse tanto a tónica longitudinal, a lembrar muito, mais uma vez, carruagens de caminho-de-ferro, neste caso, estacionadas na estação.



Fig.29 Arquitectos Luis Almeida e Sousa e Fernando Jorge Monteiro,
Furnas Lake Villas, São Miguel, Açores, 2004

X. Caso de estudo, o Habitéco como habitação-refúgio

Caso de estudo no Medo do Pontal

Existe um valor estético na paisagem natural, seja ele intrínseco ou resultante da elaboração do espírito, em assombro íntimo que obviamente não atinge a todos com igual intensidade; depois, esse valor, apesar de todo o seu carácter subjectivo, uma vez identificado e convenientemente divulgado, tem potencial para constituir um significativo pólo de atracção para determinado segmento turístico; é de considerar, por fim, que esse segmento existe e está mesmo em crescimento. São estes os primeiros dados, de que se parte.

Porém, a bem dizer, nada do que disse é *terra incógnita*, e o problema novo que aqui se põe, não dispensando embora as anteriores demonstrações, é outro. Reside no obstáculo, levantado pela natureza antagónica de duas premissas, a impedir a plena fruição da paisagem natural pelos turistas que o desejem fazer. Quais são essas premissas:

— a primeira é que, do ponto de vista em que me coloco, isto é, considerando o ambiente natural e a paisagem, julgo que a experiência da sua fruição não pode ser alcançada, plena e autenticamente, sem uma permanência mínima, um período temporário de habitação no local;

— a segunda premissa — inconciliável com a primeira — está na impossibilidade, aliás justificada e com a qual concordo, de erguer uma habitação convencional nas áreas ecológicas protegidas, precisamente onde tais paisagens mais se encontram com toda a sua pureza.

Daqui se retira, em conclusão, a necessidade de procurar uma solução nova, praticável que, desde logo, satisfaça as duas premissas referidas. Eis, pois, a que proponho, apresentando-a a seguir sob a forma de projecto arquitectónico a erguer em local para o efeito escolhido que se situa no Medo do Pontal, na Vila de Carrapateira, dentro do Parque Nacional do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

A ideia e a forma

Na relação entre a ideia e a forma importa ter em conta a reflexão do arquitecto Louis I. Kahn e a sua célebre pergunta, que punha a si mesmo em cada caso: “o que quer o edifício ser?” Encontro-lhe todo o sentido porque, na verdade, a anteceder a germinação da ideia e da forma em que ela se pode traduzir, a interrogação sobre o que o edifício “quer ser” pode funcionar como o elemento catalisador da intuição — função essencial no desencadear de todo o processo criativo.

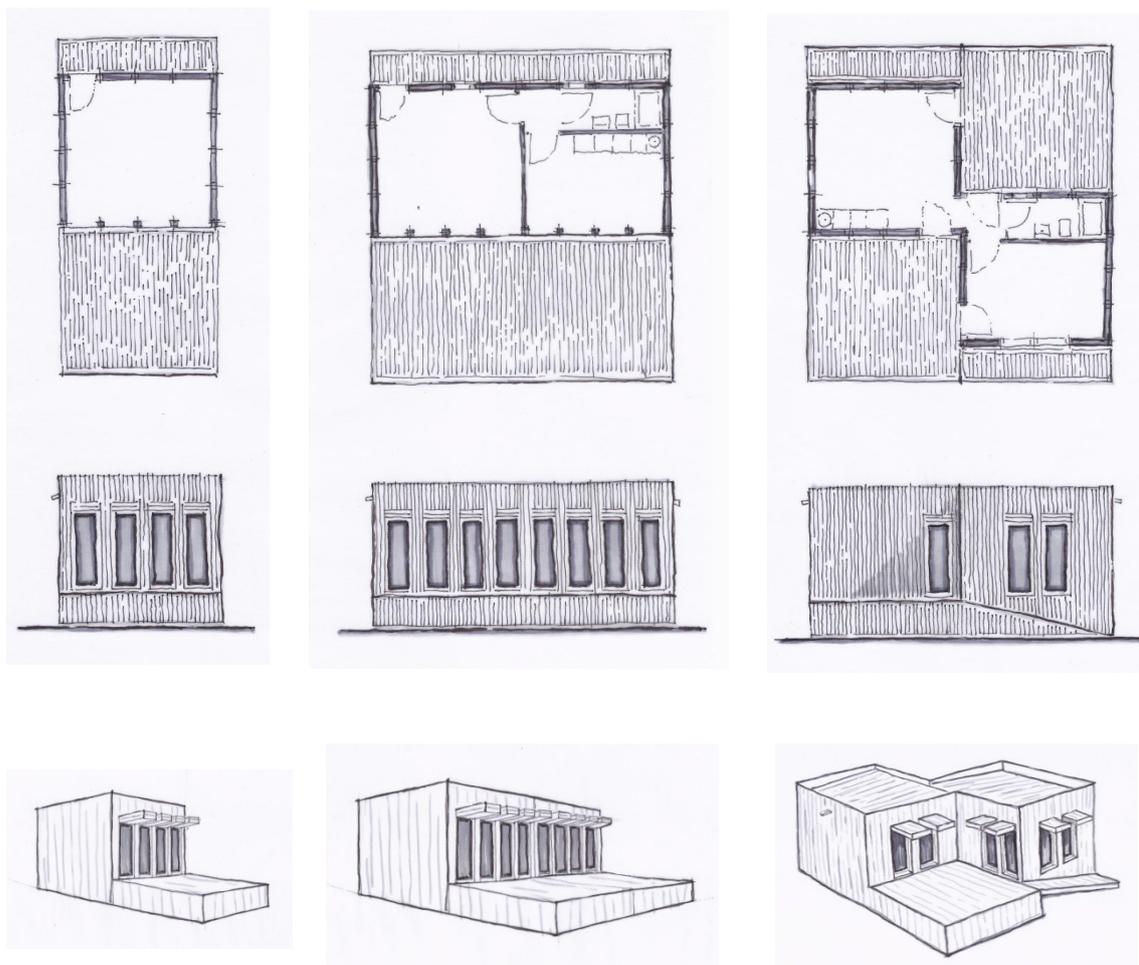
Com efeito, José Maria Montaner, no seu trabalho, *Depois do Movimento Moderno* (2001) expõe:

O momento inicial da ideia e da forma é essencial na concepção arquitectónica de Louis Kahn. É o momento que frente aos primeiros dados do programa e do lugar permite que a própria estrutura da forma se manifeste, que a ordem que precede o desenho se expresse. Segundo Kahn, os estágios básicos do processo arquitectónico são três: o inicial e definidor da ideia — quando a própria forma expressa a sua vontade concreta de existir e é feita a escolha entre a diversidade de tipos formais —, os seguintes passos são encaminhados para a introdução da ordem, recorrendo a critérios da composição tradicional, estabelecendo uma ordem baseada sempre no rigor e nas leis da geometria; e finalmente, o desenho, resolvendo e definindo as qualidades de cada espaço através dos detalhes: sua iluminação, seus elementos construtivos, seus materiais e conforto interior.

No caso deste projecto, a ideia e escolha para a estrutura formal tomou corpo no meu espírito após uma reflexão à volta dos seguintes ponderações: o meio natural é o espaço do projecto; e o destinatário, (o visitante), é um homem cidadão que traz consigo a sua cultura. Este homem, trazendo embora o desejo de contemplar a natureza, deve encontrar, no seu abrigo temporário, elementos identificáveis com o seu meio cultural; as formas cúbicas, na sua pureza e no seu rigor, simbolizam, de certo modo, o artifício da cultura humana, sem serem essencialmente estranhas à natureza. Deste modo, a forma da estrutura deve

evidenciar a sua condição de objecto recém-chegado e, ao mesmo tempo, procurar estabelecer um diálogo entre o artifício (o elemento arquitectónico) e o meio natural (a paisagem circunda

A ideia fundamental em que assenta a estrutura formal concebida como protótipo modular, que daqui para adiante designarei por “Habitéco”, coloca-se em paralelo com o princípio que rege, na natureza, os sistemas ecológicos: o da auto-suficiência. Sem dúvida, essa é a característica essencial das relações dinâmicas que se estabelecem entre os elementos (vivos e inanimados) que compõem o meio natural. Nada aí falta, nada está a mais e tudo se harmoniza nos lugares certos. Neste fio de raciocínio se desenrola todo o projecto. Na sua concepção formal houve a preocupação de que o edifício pudesse destacar-se com nitidez, criando uma tensão com a paisagem. De um lado, a natureza com as suas formas orgânicas; de outro a estrutura habitacional com as suas formas cristalizadas em cubos. Com esta intenção de contraste, visei obter um certo efeito de *sublinhado* que mais vincasse o valor da paisagem envolvente. Como se num manuscrito de boa caligrafia tivesse apagado algumas palavras (poucas) para em seu lugar reescrever outras desenhadas em formato tipográfico. O texto não perde legibilidade e resulta mais visível, mais enriquecida a beleza cursiva da caligrafia. Julgo, aliás, que, a seu modo, a natureza opera por processos semelhantes. A nossa sensibilidade reage muitas vezes estimulada por processos de contraste: somos, por exemplo, levados a reparar mais detidamente sobre a beleza de uma flor se, por acaso, um insecto se agita à sua volta na procura do néctar ou a fixarmo-nos com mais interesse na folha do arbusto da qual pende uma gota do orvalho matinal. Assim funciona o “Habitéco” — como um *sublinhado* e uma forma de elogio à natureza envolvente.



Modelo A

Modelo B

Modelo C

Fig. 30. Representação esquemática de três modelos combinatórios do “Habitéco”. Desenho do autor.

Os módulos foram concebidos de modo a permitir uma certa diversidade na montagem das componentes, por forma a obter distintas combinatórias volumétricas e diferentes tipologias. Na figura 29 apresenta-se esquematicamente três dessas possibilidades. O “Modelo A” limita-se a um cubo, dispondo, na fachada principal, de um deck e tendo a entrada na fachada posterior. Trata-se de uma versão minimalista, eventualmente destinada a um visitante isolado com vocação de ermita. O “Modelo B” forma-se pela justaposição lateral de dois cubos em planta rectangular. Um dos cubos é interiormente um espaço aberto e no outro encontram-se a instalação sanitária e a zona de preparação de refeições. A combinatória do “Modelo C” — aquela que acabou por ser desenvolvida no projecto — apresenta uma volumetria exterior de dois cubos, assentes em plataformas rasteiras, que se unem, em

pouco mais do que uma aresta vertical, para formar o conjunto. Em planta, faz lembrar um 8 inclinado (o sinal matemático de infinito), cujas asas tomam a forma de quadrados. Os dois cubos servem separadamente duas funcionalidades distintas: a de dormir e a das refeições.

Na tipologia interior asseguram-se, assim, as contiguidades necessárias à comodidade: o espaço de dormir e as instalações sanitárias ocupam um dos cubos; no outro, juntam-se a zona de refeições e a de estar. O tecto e as paredes são limites fechados e protectores; apenas nestas se rasgam aberturas na dimensão suficiente para temperarem o clima, deixarem entrar a luz e o ar e, depois de cerradas, conservarem o aquecimento. De certo modo, visa-se reproduzir o nicho, o “habitat”, pronto para ter acolhimento no local e para acomodar o hóspede humano — virando-lhe o olhar para o exterior.

O visitante tem assim condições para se instalar com alguma comodidade, e, dentro ou fora da sua instalação, estar presente, por um período de tempo significativo, a fim de poder surpreender em flagrante, mas sem a incomodar, a natureza — modo único se lhe captar os segredos e de lhe sentir os encantos.

Processo construtivo

Na pesquisa e estudo desenvolvidos sobre os processos construtivos, deparei com o que considero ser, de quantas até hoje li, a síntese mais bem conseguida sobre *o que é a arquitectura*. Tal formulação, da autoria do arquitecto brasileiro Lúcio Costa, creio que faz todo o sentido:

[A construção] enquanto satisfaz apenas às exigências técnicas e funcionais — não é ainda arquitectura; quando se perde em intenções decorativas — tudo não passa de cenografia; mas quando — popular ou erudita — aquele que a ideou pára e, hesitante à simples escolha de um espaçamento de pilar ou relação entre altura e largura de um vão, se detém na procura obstinada da justa medida entre cheios e vazios, na fixação de volumes e subordinação deles a uma lei, e se demora atento ao jogo de

materiais e seu valor expressivo — quando tudo isso se vai a pouco e pouco somando, obedecendo aos mais severos preceitos técnicos e funcionais, mas também àquela intenção superior que seleciona, coordena e orienta em determinado sentido toda essa massa confusa e contraditória de detalhes, transmitindo assim ao conjunto ritmo, expressão, unidade e clareza — o que confere à obra o seu carácter de permanência, isto é arquitectura. (Costa, 1995, como citado em Gonçalves, 2007, p. 83)

Como já se referiu o sistema de construção usado no presente projecto corresponde à criação de uma estrutura em que as componentes são concebidas de forma totalmente integrada e onde as operações a realizar em fábrica ou no local de implantação estão totalmente definidas e planeadas. As componentes são fabricadas em instalações erguidas à distância dos locais de implantação, e, nestes locais, à excepção das plataformas, apenas se procede às operações de montagem e desmontagem e no mais curto espaço de tempo possível.

É importante distinguir, em termos do impacto no terreno, o papel desempenhado pelas plataformas. Sendo a base das estruturas, é a parte inferior das estacas, que estabelece o contacto directo com o solo e, através da variação do seu comprimento, assegura-se uma versatilidade de implantação em praticamente todo o tipo de terreno, independentemente do seu grau de inclinação. Basta para o efeito avaliar, em levantamento prévio pormenorizado, a topografia do terreno e, em função desses dados, calcular a variação do comprimento das estacas de modo a assegurar, na parte superior, um plano horizontal no qual assentar a plataforma propriamente dita. Sobre estas plataformas serão montados os “Habitécos”, sem que as respectivas operações de montagem impliquem qualquer posterior contacto com o terreno. No caso de estudo a que se procedeu no Medo do Pontal, trata-se de estruturas de carácter permanente, dado que ainda que se deseje retirar os “Habitécos”, estas devem permanecer, funcionando como miradouros.

Infraestruturas e apoio logístico

O “Habitéco”, dado que se destina a implantação em zonas onde não existem redes públicas de saneamento básico, de abastecimento de água potável e de fornecimento de energia eléctrica, para se tornar funcional, minimamente confortável e para reduzir o mais possível o impacto ambiental, depende da incorporação de um conjunto de equipamentos que lhe assegurem a auto-suficiência. Esta autossuficiência é conseguida mediante o recurso a um kit solar eólico com uma capacidade de 4000W e inclui quatro módulos fotovoltaicos, uma turbina de vento e quatro baterias, para além de outro equipamento técnico acessório referido mais pormenorizadamente no desenho técnico (doc,30).

Assim, como equipamento mínimo previsto, cada “Habitéco” dispõe de: um painel solar para aquecimento de água; quatro painéis fotovoltaicos para fornecimento de energia eléctrica e um acumulador de energia eléctrica; um depósito de poliéster reforçado para água potável, com capacidade para 1000 litros; um depósito para conservação de água quente, com capacidade de 300 litros, ligado ao painel solar; dois depósitos de poliéster reforçado, com capacidade de 1000 litros cada, destinados, separadamente, a águas residuais saponáceas e águas residuais negras. Em alternativa, admite-se o recurso a fossa biológica desde que estejam reunidas as condições para tal, ou seja a reunião próxima de pelo menos três Habitécos.

Por sua vez, a manutenção, supervisão e abastecimento de tal equipamento não pode deixar de contar com um apoio logístico organizado em permanência por uma empresa existente a montante. Empresa essa que poderá e deverá estender a sua actividade empresarial quer à captação de turistas (organizando o marketing), quer à prestação de serviços de variada natureza, que se mostrem úteis e necessários para a viabilidade de um turismo alternativo de natureza.

Materiais

No levantamento das soluções mais próximas encontradas, registei a existência de uma empresa — a JULAR madeiras — a qual, com mais de 30 anos de experiência no mercado português, assegura uma extensa e completa gama de produtos capazes de responderem a todas as solicitações projectuais de construção em madeira. (<http://www.jular.pt>, recuperado em 15, Setembro, 2012). Acresce que a JULAR leva a sério o seu compromisso com a responsabilidade ambiental não colaborando com estratégias de exploração irracional da floresta. Nestas condições, trata-se de uma empresa à qual pode eventualmente recorrer-se para a construção das componentes em madeira do projecto e dos passadiços para os percursos pedestres a instalar.

A ideia prevalecente e defendida na dissertação é a de criar uma empresa própria para se encarregar não só da construção das componentes como do necessário apoio logístico aos utentes e às instalações e também dos programas de marketing e exploração comercial. Contudo uma solução híbrida que recorra aos serviços e à longa experiência da JULAR não é de afastar e deve ser estudada, designadamente no respeitante à economia de custos.



Fig. 31. Módulo Aplicação da madeira pela empresa JULAR madeiras.

A madeira (pinho nórdico, na cor natural) e a cortiça foram os materiais eleitos para a construção das peças modulares. Estes materiais apresentam propriedades mecânicas, estéticas e de durabilidade, inteiramente adequadas, não só aos requisitos estruturais da construção do “Habitéco”, como também

às características ecológicas que deve revestir a célula habitacional, em vista a uma perfeita integração no meio natural. Além disso, a madeira reúne outras qualidades adicionais como, designadamente: boa trabalhabilidade, boa capacidade portante (relação peso/resistência), elevada inércia térmica, apreciável capacidade calórica, e baixo consumo de energia no processamento. Apenas lhe encontro uma característica negativa: ser muito facilmente combustível, pelo que será de observar todo o cuidado na prevenção de incêndios.

Nos elementos estruturais emprega-se madeira maciça; nos pavimentos, soalho com tratamento de protecção contra a humidade e infestações biológicas e isolamento interior em cortiça; nas paredes e no tecto (pelo interior), painéis de madeira lamelada sob isolamento interior também em cortiça; entre as lâminas de cortiça e a madeira são colocadas barreiras de vapor, de si mesmas mais permeáveis na face exterior que na interior, de modo a provocar a extracção da humidade; na zona de cozinhar, painéis de madeira lamelada com acabamento resistente à água; no pavimento exterior do *deck*, pranchas de madeira maciça; a cobertura, as gárgulas, rufos e remates são em chapa de zinco, previamente oxidada, na cor cinza claro; entre os módulos do tecto e a cobertura há um vazio ventilado que favorece o isolamento térmico; nos vãos exteriores, caixilharia de madeira e vidro duplo; nas paredes (pelo exterior), ripado de madeira, com tratamento de protecção contra humidade e contra infestações biológicas, sem alteração da cor natural da madeira; tela de borracha entre o painel de remate da cobertura em chapa de zinco, para reforço da zona crítica de infiltração; loiças sanitárias e equipamento de cozinha, a definir.

Implantação no terreno e acessos

A construção modular e a tipologia habitacional têm uma versatilidade de implantação que, como já se referiu, pode ser utilizada praticamente em todo o tipo de terrenos e mesmo em meio aquático (evidentemente que em águas de pouca profundidade). E, embora tenha sido pensada para fins turísticos e em

reservas naturais, como já foi amplamente explicitado, não se exclui a utilização para outros fins.

No caso do presente projecto, a zona estudada para a implantação foi, como já referido, um local conhecido pela designação de Medo do Pontal, nas proximidades da Carrapateira. Precisamente para demonstrar a adaptabilidade da solução a distintas configurações de terreno, escolheu-se uma zona próxima da falésia que oferece diversas alternativas para três tipologias diferentes de conjuntos habitacionais (tipos A, B e C). Foi aí implantado um conjunto de quatro estruturas.

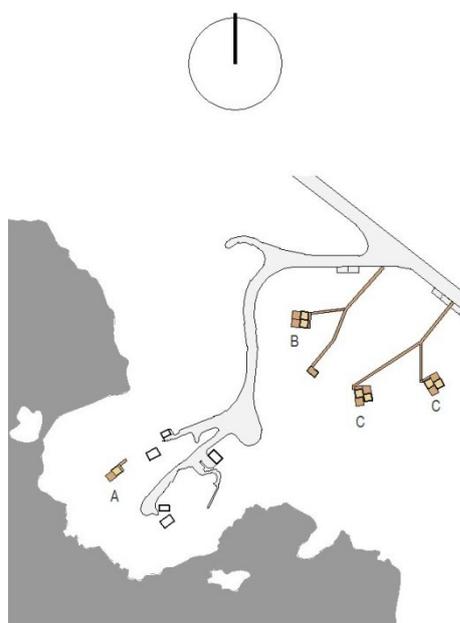


Fig. 32. Implantação dos quatro “Habitécos” no sítio do Medo do Pontal. Desenho do autor.

Sobre o terreno plano que antecede a falésia debruçada sobre o mar encontra-se os três “Habitécos” [(1 modelo B) e (2 modelo C)] . O restante (o modelo A) está inserido no anfiteatro que a topografia do terreno monta defronte do mar. Está instalado em condições de inclinação mais acentuada da falésia, próximo das cabanas dos pescadores ali existentes e abre um horizonte sobre o mar que proporciona boa observação do movimento das aves marinhas. Dadas as características da zona de implantação, foi escolhido

o modelo minimalista, que é o que melhor se adapta ao terreno, exigindo contudo guardas de segurança no *deck* da plataforma. Está previsto, como já foi dito, que as plataformas, nos casos de as habitações virem a ser desmontadas, venham a permanecer nos locais, funcionando como miradouros. O “Habiteco” modelo B, com dois módulos justapostos lateralmente, foi implantado com o deck (miradouro) orientado para poente, permitindo uma vista do horizonte em que a falésia entra por o mar dentro e oferece um espetáculo do pôr do sol único. Os dois restantes (modelo C), implantados nas imediações têm as fachadas principais viradas a Sul.

Os acessos até às plataformas são facultados passadiços (em madeira) sobrelevados, uns já existentes no local, outros a construir.

XI. Conclusão

Na introdução falei do desafio de conceber e desenvolver um projecto de habitação ecológica com condições para poder ser instalada temporariamente num ambiente de natureza protegida sem provocar qualquer perturbação dos seus equilíbrios naturais. Habitação auto-suficiente, funcional, destinada a albergar turistas admiradores da natureza e apta a oferecer-lhes as condições mínimas de conforto por um determinado período de férias. Nos capítulos seguintes abordei, sucessivamente: o enquadramento paisagístico, a geografia física e as características climáticas do local escolhido — o sítio do Medo do Pontal, nas proximidades da Vila da Carrapateira — para o estudo e desenvolvimento do referido projecto; tratei de apurar que perfil típico revestiria o segmento turístico motivado para procurar o contacto com a natureza, como presumível destinatário da referida habitação; recolhi elementos estatísticos sobre o potencial de tais fluxos turísticos; equacionei a problemática da sustentabilidade e considerei os valores éticos que necessariamente presidem à preservação do ambiente; pesquisei diversas experiências de arquitectura modular, bem como os processos construtivos que lhes estão por norma associados, principalmente no que respeita a construções em madeira, já que é este o material por que se optou, em grande parte; procedi a um levantamento sobre o estado da arte, no país, em matéria de construções habitacionais com características próximas da solução que se visou no projecto desenvolvido; Finalmente, na posse de uma considerável massa de dados relacionados com o lugar e com as premissas fundamentais do problema a enfrentar, considerei reunidas as condições necessárias e suficientes quer para a elaboração do conceito arquitectónico quer para a decisão e planeamento e planeamento do processo construtivo. Assim nasceu, se desenvolveu e concluiu o projecto de que se ocupa a presente dissertação.

Finalmente, não quero terminar sem deixar anotada a minha convicção de que um projecto arquitectónico (ou a obra que ele antecipa) é mais para mostrar do que para descrever.

Penso haver um certo paralelismo, que pode ser evidenciado, entre algumas composições da natureza e as verdadeiras obras de arquitectura: sobre as primeiras, sabe-se que procedem de uma ordem universal e que os seus elementos de harmonia surgem de modo espontâneo; por sua vez, as obras da boa arquitectura, resultando da arte e ciência do espírito humano, não deixam de estar imperativamente vinculadas, nos seus traços compositivos, a uma mesma ordem que faz coincidir o seu carácter particular com as regras universais onde se gera a harmonia, — não há é forma de codificar em que consistem verdadeiramente tais regras, embora sejam patentes à vista.

Índice iconográfico

- Fig.1 Arribas na Costa Vicentina. Fonte: o autor
- Fig.2 Costa Vicentina – praia do Amado. Fonte: o autor
- Fig.3 Costa Vicentina – praia da Bordeira. Fonte: o autor
- Fig.4 Mapa da implantação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/com>, recuperado em 22 Outubro, 2012
- Fig.5 Carta militar N° 592, esc.: 1:25000
- Fig.6 Costa Vicentina. Fonte: o autor
- Fig.7 Medo do Pontal, Carrapateira. Fonte: o autor.
- Fig.8 Andrea Palladio, *Villa Rotonda*, Vicenza, 1550.
Fonte: <http://parlandoditalia.blogspot.pt>, recuperado em 20, Novembro, 2012
- Fig.9 João Cristino da Silva, *Paisagem e animais – vista de Lisboa* 1859.
Fonte: <http://comjeitoearte.blogspot.pt>, recuperado em 5, Outubro, 2012
- Fig.10 John Constable, *A carroça de feno*. 1821.
Fonte: <http://19thcenturybritpaint.blogspot.pt>, recuperado em 5, Outubro, 2012
- Fig.11 Lord Burlington, *Chiswick House*, Londres, 1729
Fonte: <http://realeza.foros.ws>, recuperado em 17, Janeiro, 2013
- Fig.12 Claude Lorraine, *Paisagem com Céfalos e Prócris reunidas por Diana*, 1645. Fonte: <http://www.museumsyndicate.com>, recuperado em 5, Outubro, 2012
- Fig.13 Capability Brown, *Stourhead House and Gardens*, Inglaterra, 1718. Fonte: <http://www.kitecottagedorset.co.uk>, recuperado em 10, Outubro, 2012
- Fig.14 Henry Van de Velde, *Bloemenwerf House*, Bruxelas, 1896.
Fonte: <http://jvillavisencio.blogspot.pt>, recuperado em 15, Outubro, 2012

- Fig.15 João Marques de Oliveira, *Praia de Banhos* – Póvoa do Varzim
1884. Fonte: <http://www.rtp.pt>, recuperado em 17, Janeiro, 2013.
- Fig.16 Novas formas de turismo: observação de aves.
Fonte: <http://www.dn.pt>, recuperado em 7, Dezembro, 2012
- Fig.17 *Unidade habitacional de Marselha*, do Arquitecto Le Corbusier,
1947-52). Fonte: <http://safe.tumblr.com>, recuperado em 3,
Novembro, 2012
- Fig.18 *House am Horn*, 1923, (pré-fabricada), concebida pelo Arquitecto
Walter Gropius. Fonte: <http://lafabrica-serialproduction.blogspot.pt>,
recuperado em 3, Novembro, 2012
- Fig.19 Maquete de uma *casa para os trópicos* do arquitecto Jean
Prouvé, 1951. Fonte: <http://projectos-arquitectos.blogspot.pt>,
recuperado em 3, Novembro, 2012
- Fig.20 Maquete da estrutura de construção pré-fabricada do tipo *Ballon
Frame*. Fonte: <http://www.mantiquesmodern.com>, recuperado em
15, Novembro, 2012
- Fig.21 Maquete da estrutura de construção pré-fabricada do tipo
Packaged House. Fonte: <http://www.stylepark.com>, recuperado em
15, Novembro, 2012
- Fig.22 Maquete virtual de uma casa tradicional Japonesa.
Fonte: <http://papermau.blogspot.pt>, recuperado em 11, Dezembro,
2012
- Fig.23 *Casa farnswort*, 1951, (pré-fabricada) do Arquitecto Mies Van der
Rohe. Fonte <http://www.arquitetonico.ufsc.br>, recuperado em 3,
Novembro, 2012
- Fig.24 *Casa Herbert Jacobs*, 1936, (pré-fabricada) do Arquitecto Frank
Lloyd Wright. Fonte: <http://studio-render.com>, recuperado em 3,
Novembro, 2012
- Fig.25 Bungalow Green, SIT Modular Solutions
(<http://www.sitmodular.com>, recuperado em 15, agosto, 2012),

- Fig.26 Eco Resort & Residences, Alexandre Teixeira e Miguel Ribeiro, Arquitectos. (<http://www.pestanatroia.com/tipologias/townhouses>, recuperado em 15, agosto, 2012).
- Fig. 27 Arquitecta Aida Correia, ZMAR, *Campo Resort & Spa* Odemira, 2008. (<http://www.zmar.eu/pt>, recuperado em 15, agosto, 2012).
- Fig. 28 Arquitecta Aida Correia, ZMAR, *Campo Resort & Spa* Odemira, 2008. (<http://www.zmar.eu/pt>, recuperado em 15, agosto, 2012).
- Fig.29 Arquitectos Luis Almeida e Sousa e Fernando Jorge Monteiro, *Furnas Lake Villas*, São Miguel, Açores, 2004 (<http://www.furnaslakevillas.pt>, recuperado em 15, agosto, 2012).
- Fig.30- Representação esquemática de três modelos combinatórios do “Habitéco”.Desenho do autor.
- Fig. 31. Módulo Aplicação da madeira pela empresa JULAR madeiras. (<http://www.jular.pt>, recuperado em 15, Setembro, 2012)
- Fig.32- Implantação dos quatro “Habitécos” no sítio do Medo do Pontal. Desenho do autor.

Bibliografia

ANDRESEN, S.M.B. (1990). *Obra Poética I*. Lisboa: Ed. Caminho, 2001.

ANDRESEN, S.M.B. (2000) *Tejo*. Em *Lisboa com seus Poetas* (Colectânea de Poesia sobre Lisboa), Publicações D. Quixote, 2000.

ARENDR, K. M. (2005). *O Turismo e o Ambiente Natural*. Em A.A. LEW, C.M. HALL e A.M. WILLIAMS, (Coords.), (2004), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

ARNHEIM, R. (1954). *Arte e Percepção Visual. Uma Psicologia da Visão Criadora*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

BACHELARD, G. (1957). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAPTISTA, M. (1997). *Turismo – Competitividade sustentável*. Lisboa: Editorial Verbo.

BENEVOLO, L. (1960). *Introdução à Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRENNAN, A. (2005). *Filosofia dos Séculos Dezanove e Vinte*, Em D. JAMIESSON, (Coord.), *Manual de Filosofia do Ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

COSTA, L. *Registo de Uma Vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. Cit. Por D. GONÇALVES, (2007); *Sistema estrutural treliçado modular em madeira*, (Tese de doutoramento, consultada em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-02032010-153441/es.ph.)

CULLEN, G. (1971). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DIAS, A., NEGRÃO, L., LUIS, J e ENEM J. (2009, outubro). ENEM 09 Coimbra.

EVERS, H. G. (1980). *Do Historicismo ao Funcionalismo*. Lisboa: Editorial Verbo. 1985.

FERRY,L. (1992). *A Nova Ordem Ecológica*. Lisboa: Edições Asa,1993.

GOMBRICH, E. H. (1950) *A História da Arte*. Rio e Janeiro: Zahar Editores, 1985.

GONÇALVES, D. (2007), *Sistema estrutural treliçado modular em madeira*, p.242 (Tese de doutoramento consultada em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-02032010-153441/es.ph.,data Stembro de 2012).

GREEN, R (2001). *A Beleza da Costa Sudoeste*. Revista Unique nº 19 Quinta do Lago, S.A..

GREGOTTI, V. (1972). *Território da Arquitectura*. São Paulo: Perspectiva, 1975

HEGEL, F. (1821). *Estética*. Lisboa: Guimarães Editores. 1993.

HENRIQUES, D. F. (2005, novembro 18) *Sistemas estruturais em madeira lamelada colada*. Jornadas de Engenharia Electrónica de Telecomunicações e de Computadores, ISEL, Lisboa.

HOLLAND, A. (2001). *Sustentabilidade*. Em D. JAMIESON (Coord.), *Manual de Filosofia do Ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

HUGHES, G.; (2001). *Turismo, Sustentabilidade e Teoria Social*. Em A.A. LEW, C.M. HALL e S.M. WILLAMS (Coords.). *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

JANSON, H.W. (1962) *História da Arte*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2005

JENCKS, C. (1973). *Movimentos Modernos em Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 1992.

KANT, I. (1790). *Crítica da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LENOBLE, R. (1969). *História da Ideia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista*, Lisboa: Editorial Estampa.

MONTANER, J. M. (2001). *Depois do Movimento Moderno – Arquitectura da segunda metade do Século XX*. 2001. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

MORAIS, J. S. (1995). *Metodologia de Projecto em Arquitectura -- Organização espacial na Costa Vicentina--*. Lisboa: Editorial Estampa.

MORIN, E. (1990). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MORRIS, W. (1881), *The Prospects of Architecture in Civilization*, cit. por L. BENEVOLO (1994), *Introdução à Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 2007.

NUNES, T.A.V. (2010) *As casas para os Trópicos em Niamey e Brazzaville. Habitação pré-fabricada de Jean Prouvé*, (Tese de Mestrado, consultada em <https://estudogeral.sib.uc.pt>).

PALLADIO, A. (1570) *Quattro Libri dell' Architettura*. Cit. por WUNDRAM, M e PAPE, T; *Andrea Palladio*, Clónia: Taschen, 2004.

PESSOA, F. (1930); *Livro do Desassossego, por Bernardo Soares – 1ª Parte*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

PRESTON-WITE, R. (2004), *A praia como espaço sensorial*. Em A.A. LEW, C. M. HALL e A.M. e WILLIAMS (Coords.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

SAARINEN, J. (2005), *Turismo e Representações Turísticas da Natureza*. Em A.A. LEW, C.M. HALL e S.M. WILLIAMS (Coords). *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

STRAHLER, A.N., *Geografia Física*. Barcelona: Ediciones Omega, S.A. 1984. Em MORAIS, J.S., *Metodologia de Projecto em Arquitectura – Organização espacial na Costa Vicentina*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

TEIXEIRA-GOMES, M. (1935). *Regressos*. Lisboa: Portugália Editora, 1960.

TERKENLI, T. S. (2007). *Turismo e paisagem*. Em A.A. LEW, C.M., HALL e S.M. WILLIAMS (Coords.). *Compêndio de Turismo*, Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

VELDE, H. Van de, em “*Deblaiement d’Ar*”t em *Archives d’Architecture Moderne*, nº 22, 1982, cit. por MORAIS, J.S. em *Metodologia de Projecto em Arquitectura*. Editorial Estampa, 1995.

WUNDRAM, M. e PAPE, T. (1994); *Andea Palladio*. Colónia: Taschen 2004.

Anexos

- I. Montagens fotográficas do terreno, das maquetes e esquiços;
- II. Desenhos Técnicos;
- III. CD Rom com a dissertação “Habitação ecológica em meio natural protegido”;

I	Fotografias	Pgs.
	Montagens fotográficas do terreno	91
	Esquiços	91
	Fotografias das maquetes	91
II	Desenhos Técnicos	Doc.
	Localização	1
	Implantação	2
	Perfis do terreno 1 e 2	3
	Perfis do terreno 3 e 4	4
	Diferentes combinações das tipologias modulares	5
	Implantação da palafita	6
	Planta dos decks	7
	Planta do piso	8
	Planta da cobertura	9
	Alçados I	10
	Alçado II	11
	Alçado III	12
	Alçado IV	13
	Corte A – A	14
	Corte B – B	15
	Corte C – C	16
	Planta do piso (pormenores)	17

Corte B – B (pormenores)	18
Corte C – C (pormenores)	19
Plataforma em deck (pormenores)	20
Guarda do deck (pormenores)	21
Módulos constituintes das paredes exteriores (pormenores)	22
Módulos constituintes da cobertura (pormenores)	23
Módulos constituintes do pavimento (pormenores)	24
Módulos constituintes das paredes interiores (pormenores)	25
Porta exteriores com persianas articuladas (pormenores)	26
Móvel de apoio: planta e corte (pormenores)	27
Móvel de apoio: cortes (pormenores)	28
Móvel de apoio. alçados (pormenores)	29
Kit solar e eólico / Equipamento (pormenores)	30

